



**20
24**

Banco Santander (Brasil) S.A.

**Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas
Preparadas de Acordo com as Normas Internacionais de
Relatórios**

Financeiros- IFRS

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS CONDENSADAS

ÍNDICE	Pág
Balanco Patrimonial Consolidado Condensado.....	5
Demonstração Consolidada Condensada do Resultado.....	7
Demonstração Consolidada Condensada do Resultado Abrangente.....	8
Demonstração Consolidada Condensada das Mutações do Patrimônio Líquido.....	9
Demonstração Consolidada Condensada dos Fluxos de Caixa.....	11
1. Contexto operacional, apresentação das demonstrações financeiras consolidadas condensadas e outras informações.....	12
2. Base para consolidação.....	15
3. Ativos Financeiros.....	19
4. Ativos não correntes mantidos para venda.....	22
5. Participações em coligadas e empreendimentos em conjuntos.....	22
6. Ativo imobilizado.....	24
7. Ativo intangível - Ágio.....	25
8. Ativo Intangível - Outros ativos intangíveis.....	26
9. Passivos Financeiros.....	26
10. Provisão para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões.....	28
11. Patrimônio Líquido.....	32
12. Impostos sobre a renda.....	34
13. Detalhamento de contas de resultado.....	35
14. Plano de Benefícios a Funcionários.....	36
15. Segmentos operacionais.....	40
16. Transações com partes relacionadas.....	41
17. Valor justo dos ativos e passivos financeiros.....	45
18. Outras Divulgações.....	49
19. Eventos Subsequentes.....	56
ANEXO I – Demonstração Consolidada Condensada do Valor Adicionado.....	57
Relatório da Administração.....	58
Composição dos Órgãos da Administração em 31 de março de 2024.....	64
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras.....	66
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes.....	67



Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Santander (Brasil) S.A.

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial consolidado condensado do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco") e suas controladas, em 31 de março de 2024, e as respectivas demonstrações consolidadas condensadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A administração do Banco é responsável pela elaboração e apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas acima referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).



Banco Santander (Brasil) S.A.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas acima referidas incluem a Demonstração Consolidada Condensada do Valor Adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2024 elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar no anexo I para fins do IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração consolidada condensada do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 30 de abril de 2024


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5


Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Balço Patrimonial Consolidado Condensado

ATIVO	Notas Explicativas	31/03/2024	31/12/2023
Disponibilidades		21.136.129	23.122.550
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	3.a	219.461.125	208.921.896
Instrumentos de Dívida		96.541.935	84.291.192
Instrumentos de Patrimônio		4.026.933	3.422.154
Derivativos	18	29.235.955	29.269.652
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes		3.791.827	3.040.712
Reservas no Banco Central do Brasil		85.864.475	88.898.186
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	3.a	58.147.833	59.052.090
Instrumentos de Dívida		58.130.816	59.036.137
Instrumentos de Patrimônio		17.017	15.953
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	3.a	732.737.878	723.710.121
Empréstimos e Outros Valores com Instituições de Crédito		25.442.680	25.716.845
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes		527.318.709	514.936.423
Instrumentos de Dívida		95.870.626	101.087.321
Reservas no Banco Central do Brasil		84.105.863	81.969.532
Derivativos Utilizados como Hedge	18	23.597	25.069
Ativos não Correntes Mantidos para Venda	4	895.539	914.072
Participações em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto	5.a	1.469.008	1.609.780
Ativos Fiscais		53.240.446	52.839.470
Correntes		8.602.881	9.393.766
Diferidos		44.637.565	43.445.704
Outros Ativos		7.891.578	5.996.651
Ativo Tangível	6.a	6.701.546	7.085.564
Ativo Intangível		32.420.543	32.375.513
Ágio	7	27.852.568	27.852.568
Outros Ativos Intangíveis	8	4.567.975	4.522.945
Total do Ativo		1.134.125.222	1.115.652.776

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Passivo e Patrimônio LíquidoNotas
Explicativas **31/03/2024** **31/12/2023**

	Notas Explicativas	31/03/2024	31/12/2023
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	9.a	66.064.288	49.581.441
Derivativos	18	25.380.609	23.763.857
Posições Vendidas		35.829.061	19.831.991
Outros Passivos Financeiros		94.963	-
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários		4.759.655	5.985.593
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	9.a	913.967.778	910.550.506
Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de Instituições de Crédito		119.279.652	118.511.957
Depósitos de Clientes		573.796.557	583.220.576
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários		126.917.436	124.397.422
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital		20.394.912	19.626.967
Outros Passivos Financeiros		73.579.221	64.793.584
Derivativos Utilizados como Hedge	18	5.088	1.176.571
Provisões	10.a	12.001.998	11.473.781
Provisões para Fundos de Pensões e Obrigações Similares		2.569.842	2.543.504
Provisões para Processos Judiciais e Administrativos, Compromissos e Outras Provisões		9.432.156	8.930.277
Passivos Fiscais		7.982.344	8.999.893
Correntes		4.336.794	5.300.461
Diferidos		3.645.550	3.699.432
Outras Obrigações		18.272.551	19.014.230
Total do Passivo		1.018.294.047	1.000.796.422
Patrimônio Líquido		120.210.768	118.421.219
Capital Social	11.a	55.000.000	55.000.000
Reservas de Capital	11.c	455.211	607.677
Ações em Tesouraria	11.d	(853.275)	(1.106.783)
Reserva de Lucros	11.b	65.608.832	63.920.325
Outros Resultados Abrangentes		(4.651.283)	(3.968.215)
Patrimônio Líquido Atribuível ao Controlador		115.559.485	114.453.004
Participações Não-Controladoras		271.690	403.350
Total do Patrimônio Líquido		115.831.175	114.856.354
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.134.125.222	1.115.652.776

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas condensadas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração Consolidada Condensada do Resultado

	Nota explicativa	01/01 a 31/03/2024	01/01 a 31/03/2023
Receitas com juros e similares		32.603.990	32.149.175
Despesas com juros e similares		(19.217.062)	(19.590.183)
Receita Líquida com Juros		13.386.928	12.558.992
Receitas de instrumentos de patrimônio		2.013	4.284
Resultado de equivalência patrimonial	5.a	63.599	57.727
Receitas de tarifas e comissões		5.615.334	5.754.553
Despesas de tarifas e comissões		(1.685.464)	(1.758.140)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)		1.292.214	444.072
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		1.458.511	879.661
Instrumentos financeiros não mensurados pelo valor justo no resultado		(389.051)	(272.989)
Outros		222.754	(162.600)
Variações cambiais (líquidas)		(284.099)	394.081
Outras despesas operacionais (líquidas)		(211.614)	(229.865)
Total de Receitas		18.178.911	17.225.704
Despesas administrativas		(4.982.138)	(4.767.126)
Despesas com pessoal	13.a	(2.926.815)	(2.666.034)
Outras despesas administrativas	13.b	(2.055.323)	(2.101.092)
Depreciação e amortização		(681.787)	(688.377)
Ativo tangível	6.a	(423.193)	(473.697)
Ativo intangível	8	(258.594)	(214.680)
Provisões (líquidas)		(1.115.142)	(1.035.974)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)		(6.799.369)	(8.052.337)
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e compromissos contingentes	3.b.2	(6.799.369)	(8.052.337)
Perdas com outros ativos (líquidas)		(47.724)	(31.407)
Outros ativos intangíveis	8	-	(2.749)
Outros ativos		(47.724)	(28.658)
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda		(148.588)	53.601
Resultado na alienação e despesas com ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas		12.743	18.286
Resultado Operacional Antes da Tributação		4.416.906	2.722.370
Impostos sobre a renda	12	(1.355.978)	325.101
Lucro Líquido do Período		3.060.928	3.047.471
Lucro atribuível à Controladora		3.052.046	3.040.027
Lucro atribuível às participações não-controladoras		8.882	7.444

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas condensadas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração Consolidada Condensada do Resultado Abrangente

	01/01 a 31/03/2024	01/01 a 31/03/2023
Lucro Líquido do Período	3.060.928	3.047.471
Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas:	(421.457)	256.072
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	(335.592)	91.093
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	(508.895)	320.518
Impostos	173.303	(229.425)
Hedges de fluxo de caixa	(85.865)	164.979
Ajuste ao valor justo	(163.733)	314.590
Impostos	77.868	(149.611)
Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados para Lucro Líquido:	(261.611)	(17.580)
Planos de Benefícios Definidos	-	(17.580)
Planos de Benefícios Definidos	-	-
Impostos	-	(17.580)
Outros	(261.611)	-
Ajustes de IFRS 17	(20.341)	-
Ágio em aquisições de controladas	(257.008)	-
Outros	7.602	-
Impostos	8.136	-
Total do Resultado Abrangente	2.377.860	3.285.963
Atribuível à controladora	2.368.978	3.278.519
Atribuível às participações não-controladoras	8.882	7.444
Total	2.377.860	3.285.963

As notas explicativas são parte integralmente destas demonstrações financeiras consolidadas condensadas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração Consolidada Condensada das Mutações do Patrimônio Líquido

	Nota Explicativa	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de Lucros	Ações em tesouraria	Lucros Acumulados	Ativos financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Planos de Benefícios Definidos	Ajustes de Conversão de Investimento no Exterior	Ajustes de IFRS 17	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ganhos e Perdas-Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimento	Patrimônio líquido atribuível à Controladora		Total do Patrimônio Líquido
													Total	Participações Não-Controladoras	
Saldos em 31 de dezembro de 2022		55.000.000	445.778	60.442.814	(1.219.316)	-	(755.009)	(2.895.520)	859.370	-	-	(1.695.283)	110.182.834	497.342	110.680.176
Total do Resultado Abrangente		-	-	-	-	9.449.313	537.438	(620.233)	-	(27.931)	-	628.953	9.967.540	49.499	10.017.039
Lucro Líquido Atribuível à Controladora		-	-	-	-	9.449.313	-	-	-	-	-	-	9.449.313	49.499	9.498.812
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	537.438	(620.233)	-	(27.931)	-	628.953	518.227	-	518.227
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	537.438	-	-	-	-	-	537.438	-	537.438
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	(620.233)	-	-	-	-	(620.233)	-	(620.233)
Ajustes IFRS 17		-	-	-	-	-	-	-	-	(27.931)	-	-	(27.931)	-	(27.931)
Ganhos e Perdas-Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimento		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	628.953	628.953	-	628.953
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	11.b	-	-	-	-	(6.200.000)	-	-	-	-	-	-	(6.200.000)	-	(6.200.000)
Remuneração baseada em ações	11.d	-	161.899	-	-	-	-	-	-	-	-	-	161.899	-	161.899
Ações em Tesouraria	11.d	-	-	-	112.533	-	-	-	-	-	-	-	112.533	-	112.533
Dividendos Prescritos		-	-	56.858	-	-	-	-	-	-	-	-	56.858	-	56.858
Lucro não Realizado		-	-	171.340	-	-	-	-	-	-	-	-	171.340	-	171.340
Outros		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(143.491)	(143.491)
Destinações:															
Reserva Legal		-	-	472.466	-	(472.466)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para equalização de dividendos		-	-	2.776.847	-	(2.776.847)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		55.000.000	607.677	63.920.325	(1.106.783)	-	(217.571)	(3.515.753)	859.370	(27.931)	-	(1.066.330)	114.453.004	403.350	114.856.354

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Nota Explicativa	Patrimônio líquido atribuível à Controladora											Participações Não- Controladoras	Total do Patrimônio Líquido	
		Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de Lucros	Ações em tesouraria	Lucros Acumulados	Ativos financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Planos de Benefícios Definidos	Ajustes de Conversão de Investimento no Exterior	Ajustes de IFRS 17	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ganhos e Perdas-Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimento			
Saldos em 31 de dezembro de 2023		55.000.000	607.677	63.920.325	(1.106.783)	-	(217.571)	(3.515.753)	859.370	(27.931)	-	(1.066.330)	114.453.004	403.350	114.856.354
Total do Resultado Abrangente		-	-	-	-	3.052.046	(335.592)	-	-	(12.205)	(249.406)	(85.865)	2.368.978	8.882	2.377.860
Lucro Líquido Atribuível à Controladora		-	-	-	-	3.052.046	-	-	-	-	-	-	3.052.046	8.882	3.060.928
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	(335.592)	-	-	(12.205)	(249.406)	(85.865)	(683.068)	-	(683.068)
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	(335.592)	-	-	-	-	-	(335.592)	-	(335.592)
Ajustes IFRS 17		-	-	-	-	-	-	-	-	(12.205)	-	-	(12.205)	-	(12.205)
Ganhos e Perdas-Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimento		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(85.865)	(85.865)	-	(85.865)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial – ágio em aquisições de controladas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(257.008)	-	(257.008)	-	(257.008)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial – Outros		-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.602	-	7.602	-	7.602
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	11.b	-	-	-	-	(1.500.000)	-	-	-	-	-	-	(1.500.000)	-	(1.500.000)
Remuneração baseada em ações	11.d	-	(152.466)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(152.466)	-	(152.466)
Ações em Tesouraria	11.d	-	-	-	253.508	-	-	-	-	-	-	-	253.508	-	253.508
Dividendos Prescritos		-	-	6.164	-	-	-	-	-	-	-	-	6.164	-	6.164
Lucro não Realizado		-	-	136.013	-	-	-	-	-	-	-	-	136.013	-	136.013
Outros		-	-	(5.716)	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.716)	(140.542)	(146.258)
Destinações:															
Reserva para equalização de dividendos		-	-	1.552.046	-	(1.552.046)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2024		55.000.000	455.211	65.608.832	(853.275)	-	(553.163)	(3.515.753)	859.370	(40.136)	(249.406)	(1.152.195)	115.559.485	271.690	115.831.175
Mutações no Período		-	(152.466)	1.688.507	253.508	-	(335.592)	-	-	(12.205)	(249.406)	(85.865)	1.106.481	(131.660)	974.821

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas condensadas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração Consolidada Condensada dos Fluxos de Caixa

	Nota Explicativa	01/01 a 31/03/2024	01/01 a 31/03/2023
1. Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro líquido Consolidado do Período		3.060.928	3.047.471
Ajustes ao lucro		31.997.186	44.271.845
Depreciação do ativo tangível	6.a	423.193	473.697
Amortização do ativo intangível	8	258.594	214.680
Perdas com outros ativos (líquidas)		47.724	31.407
Provisões e perdas com ativos financeiros (líquidas)		7.914.511	9.088.311
Ganhos líquidos na alienação do ativo tangível, investimentos e ativos não correntes mantidos para venda		135.648	(71.887)
Participação no resultado de equivalência patrimonial	5.a	(63.599)	(57.727)
Variação nos ativos e passivos fiscais diferidos		(929.388)	(2.298.365)
Atualização de Depósitos Judiciais		(165.175)	(165.764)
Atualização de Impostos a Compensar		(102.882)	(136.194)
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		1.472	469
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Ativos e Passivos		24.645.037	36.464.563
Outros		(167.949)	728.655
(Aumento) decréscimo líquido nos ativos operacionais		(67.687.986)	(60.556.469)
Outros Ativos Financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado		(30.676.331)	(40.762.946)
Ativos Financeiros mensurados ao Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes		45.283	5.243.920
Ativos Financeiros mensurados ao Custo Amortizado		(36.062.138)	(28.590.871)
Outros ativos		(994.800)	3.553.428
Aumento (decrécimo) líquido nos passivos operacionais		13.275.281	16.539.298
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação		16.387.884	6.799.325
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		(1.898.973)	10.445.973
Outros passivos		(1.213.630)	(706.000)
Impostos pagos	12	(2.149.036)	(2.037.522)
Total do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (1)		(21.503.627)	1.264.623
2. Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Investimentos		(579.007)	(1.006.155)
Aquisição de Controlada, menos caixa líquido na aquisição		-	(407)
Ativo tangível		(119.225)	(529.341)
Ativo intangível		(333.319)	(366.980)
Ativos não correntes mantidos para venda		(126.463)	(109.427)
Alienação		275.555	333.428
Ativo tangível		79.607	190.125
Ativo intangível		29.695	99.894
Ativos não correntes mantidos para venda		166.253	43.409
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		336.117	86.132
Total do fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (2)		32.665	(586.595)
3. Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Aquisição de ações próprias	11.d	253.508	142.615
Emissão de outros passivos financeiros exigíveis a longo prazo		2.510.268	24.962.465
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(1.575.482)	(1.480.866)
Pagamentos de outros passivos exigíveis a longo prazo		(1.962.101)	(16.412.644)
Aumento/decrécimo em participações não-controladoras		(135.679)	-
Total do fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (3)		(909.486)	7.211.570
Variação Cambial sobre Caixa e Equivalentes de Caixa (4)		(1.472)	(469)
Aumento (Redução) Líquido(a) nas Disponibilidades (1+2+3+4)		(22.381.920)	7.889.129
Caixa e equivalentes de caixa no início do Período		89.417.760	49.565.334
Caixa e equivalentes de caixa no final do Período		67.035.840	57.454.463

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas condensadas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

1. Contexto operacional, apresentação das demonstrações financeiras consolidadas condensadas e outras informações

a) Contexto Operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta e indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Prudencial perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade por ações, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP. O Banco Santander opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de instituição de pagamento, administração de consórcios, corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, financiamento ao consumo, plataformas digitais, gestão de benefícios, gestão e recuperação de créditos não performados, capitalização e previdência privada, e fornecimento e administração de vales alimentação, refeição e outros. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Os benefícios e custos correspondentes aos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições comutativas.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras intermediárias consolidadas condensadas para o período findo em 31 de março de 2024, na reunião realizada em 29 de abril de 2024.

As referidas Demonstrações Financeiras foram objeto de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander e de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes.

b) Apresentação das Demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas (preparadas de acordo com o IAS 34)

As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram elaboradas de acordo com a International Financial Reporting Standards (IFRS®) emitidas pela International Accounting Standards Board (IASB®) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS® como "normas contábeis IFRS®") e as interpretações emitidas pela IFRS® Interpretations Committee (nome atual do International Financial Reporting Interpretations Committee – IFRIC®). Todas as informações relevantes especificamente relacionadas às Demonstrações Financeiras do Banco Santander, e somente com relação a estas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às informações utilizadas pelo Banco Santander em sua administração.

c) Outras Informações

c.1) Adoção de novas normas e interpretações

• **Alterações ao IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis:** as alterações têm o propósito de especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem o que se entende por direito de adiar a liquidação; que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras; que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar; e que somente um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. As alterações ao IAS 1 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024 e o Santander não espera impactos materiais nas demonstrações financeiras.

• **Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil.

• **Alteração ao IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação:** exige que as entidades forneçam divulgações adicionais sobre seus acordos de financiamentos de fornecedores. O IASB emitiu esses novos requisitos para fornecer aos usuários das demonstrações financeiras informações que lhes permitam avaliar como os acordos de financiamento de fornecedores afetam as obrigações e fluxos de caixa de uma entidade, e compreender o efeito dos acordos de financiamento de fornecedores na exposição de uma entidade ao risco de liquidez e como a entidade poderia ser afetada se os acordos não estivessem mais disponíveis para ela. As alterações no IAS 7 e IFRS 7 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024 e o Santander verificou que não há impactos para as demonstrações financeiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

• **Alteração ao IFRS 16 – Arrendamentos:** esclarece os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de sale and leaseback, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações ao IFRS 16 têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2024 e o Santander não espera impactos materiais nas demonstrações financeiras.

c.2) Novas normas e interpretações em vigor em exercícios futuros

• **Alteração ao IAS 21 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis:** se uma moeda não tiver conversibilidade, pode ser difícil determinar uma taxa de câmbio apropriada. Embora incomum, pode surgir uma falta de conversibilidade quando um governo impõe controles cambiais que proíbem a troca de uma moeda ou que limitem o volume de transações em moeda estrangeira. A emenda ao IAS 21, esclarece como as entidades devem avaliar se uma moeda é de fácil conversão e como devem determinar uma taxa de câmbio à vista para uma moeda de difícil permutabilidade, bem como exige a divulgação de informações que permitem aos usuários das Demonstrações Financeiras entender os impactos de uma moeda sem conversibilidade. Essas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. O Santander está avaliando os impactos desta alteração.

c.3) Estimativas utilizadas

Os resultados consolidados e a apuração do patrimônio consolidado são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos administradores do Banco na elaboração das demonstrações financeiras. O Banco faz estimativas e premissas que afetam os valores informados de ativos e passivos dos períodos futuros. Todas as estimativas e premissas requeridas, em conformidade com os IFRSs, são a melhor estimativa da administração de acordo com a norma aplicável.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as estimativas são feitas pela Administração do Banco e das entidades consolidadas em ordem para quantificar certos ativos, passivos, receitas e despesas e divulgações de notas explicativas.

c.3.1) Estimativas críticas

As estimativas e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos saldos contábeis de certos ativos, passivos, receitas e despesas e nas divulgações de notas explicativas, estão descritas abaixo:

i. Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e os que não são mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação.

Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada período, mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

O Banco Santander classifica as mensurações ao valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, segregando os instrumentos financeiros entre os Níveis I, II ou III.

A nota 18.b das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas de 31 de março de 2024, apresentam a prática contábil e análise de sensibilidade para os Instrumentos Financeiros, respectivamente.

ii. Provisões para perdas sobre créditos por redução ao valor recuperável

O valor contábil de ativos financeiros não recuperáveis é ajustado por meio do registro de uma provisão para perda a débito de "Perdas com ativos financeiros (líquidas) – Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado" na demonstração consolidada do resultado. A reversão de perdas previamente registradas é reconhecida na demonstração consolidada do resultado no período em que a redução ao valor recuperável diminuir e puder ser relacionada objetivamente a um evento de recuperação.

Para medir individualmente a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados quanto a redução ao valor recuperável, o Banco considera as condições da contraparte, tais como sua situação econômica e financeira, nível de endividamento, capacidade de geração de renda, fluxo de caixa, administração, governança corporativa e qualidade de controles internos, histórico de pagamentos, experiência no setor, contingências e limites de crédito, bem como características de ativos, como sua natureza e finalidade, tipo, suficiência e garantias de nível de liquidez e valor total de crédito, e também com base na experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

Para medir a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados coletivamente quanto à redução ao valor recuperável, o Banco separa os ativos financeiros em grupos levando em consideração as características e similaridades de risco de crédito, ou

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

seja, de acordo com o segmento, tipo de ativos, garantias e outros fatores associados à experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

iii. Provisões para fundos de pensão

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por empresa especializada, ao final de cada exercício, com vigência para o período subsequente e são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado nas linhas de Despesas com juros e similares e Provisões (líquidas).

O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos correntes e passados.

iv. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões para os processos judiciais e administrativos são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

v. Ágio

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez ao ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo.

A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso e, para este efeito, é estimado o fluxo de caixa para um período mínimo de 5 anos. O fluxo de caixa foi preparado considerando vários fatores, como: (i) projeções macroeconômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente. A estimativa do fluxo de caixa é baseada em avaliação preparada por empresa especializada independente, anualmente ou sempre que houver indícios de redução ao seu valor de recuperação, a qual é revisada e aprovada pela Administração.

vi. Expectativa de realização de créditos tributários de IR e CS

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera recuperar ou pagar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, e créditos de prejuízos fiscais e a base negativa da CSLL acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado. Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados.

Outros ativos fiscais diferidos (créditos de prejuízos fiscais acumulados) somente são reconhecidos se for considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes para que possam ser utilizados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são revistos na data de cada balanço patrimonial, realizando-se os ajustes apropriados com base nas constatações das análises realizadas. A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos do Banco está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

2. Base para consolidação

Abaixo estão destacadas as entidades controladas, diretas e indiretas, e fundos de investimento incluídos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas do Banco Santander. Informações semelhantes sobre as empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial pelo Banco são fornecidas na nota 5.

Investimentos	Ramo de Atividade	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas (Mil)		31/03/2024	
		Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais	Participação Direta	Participação Consolidado
Controladas do Banco Santander					
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI)	Financeira	50.159	-	100,00%	100,00%
Ben Benefícios e Serviços Instituição de Pagamentos S.A.(BEN Benefícios)	Meio de Pagamento	90.000	-	100,00%	100,00%
Esfera Fidelidade S.A.	Prestação de Serviços	10.001	-	100,00%	100,00%
Gira - Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.	Tecnologia	381	-	80,00%	80,00%
Em Dia Serviços Especializados em Cobrança Ltda.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	257.306	-	100,00%	100,00%
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	33.693	-	100,00%	100,00%
Rojo Entretenimento S.A.	Prestação de Serviços	7.417	-	94,60%	94,60%
Sanb Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	Prestação de Serviços de Meios Digitais	71.181	-	100,00%	100,00%
Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap)	Holding	23.538.159	-	100,00%	100,00%
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (Santander Brasil Consórcio)	Consórcio	872.186	-	100,00%	100,00%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.(Santander CCVM)	Corretora	14.067.640	14.067.640	99,99%	99,99%
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. (Santander Corretora de Seguros)	Corretora	7.184	-	100,00%	100,00%
Santander Holding Imobiliária S.A.	Holding	558.601	-	100,00%	100,00%
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing)	Leasing	164	-	100,00%	100,00%
FIRST Tecnologia e Inovação Ltda.	Prestação de Serviços de Tecnologia	241.941	-	100,00%	100,00%
SX Negócios Ltda.	Prestação de Serviços de Call Center	75.050	-	100,00%	100,00%
Toro Participações S.A.	Holding	192.000	-	100,00%	100,00%
Controladas da Aymoré CFI					
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	Banco	150.000	-	0,00%	50,00%
Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A. (Solution 4Fleet)	Tecnologia	328	-	0,00%	80,00%
Controlada da Santander Leasing					
Banco Bandepe S.A.	Banco	3.589	-	0,00%	100,00%
Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Santander DTVM)	Distribuidora	461	-	0,00%	100,00%
Controladas da Sancap					
Santander Capitalização S.A.	Capitalização	64.615	-	0,00%	100,00%
Evidence Previdência S.A.	Previdência	42.819.564	-	0,00%	100,00%
Controlada Santander Corretora de Seguros					
Fit Economia de Energia S.A. (1)	Comércio de Energia	10.400	-	0,00%	65,00%
Controlada da Santander Holding Imobiliária S.A.					
Summer Empreendimentos Ltda.	Real Estate	17.084	-	0,00%	100,00%

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A. (Apê11)	Tecnologia	4.231	-	0,00%	100,00%
Controlada da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.					
Toro Corretora de Títulos de Valores Mobiliários Ltda. (Toro CTVM)					
	Corretora	21.559	-	0,00%	59,64%
Toro Investimentos S.A.	Investimentos	44.101	-	0,00%	14,78%
Controlada da Toro Corretora de Títulos de Valores Mobiliários Ltda.					
Toro Investimentos S.A.	Investimentos	254.362	-	0,00%	85,22%
Controlada em Conjunto da Sancap					
Santander Auto S.A.	Tecnologia	22.452	-	0,00%	50,00%
Controlada da Toro Investimentos S.A.					
Toro Asset Management S.A.	Investimentos	918.264	-	0,00%	100,00%
Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda.	Tecnologia	1.122.000	-	0,00%	100,00%
Controlada da Toro Asset Management S.A.					
Mobills Corretora De Seguros Ltda.	Corretora	3.010	-	0,00%	100,00%

(1) A aquisição da entidade ocorreu em 06/03/2024. A consolidação de seu balanço será refletida a partir de abril, de maneira defasada.

Fundos de Investimentos Consolidados

- Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Amazonas);
- Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Diamantina);
- Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Guarujá);
- Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado (Santander FI SBAC);
- Santander Paraty QIF PLC (Santander Paraty) (2);
- Prime 16 – Fundo de Investimento Imobiliário (atual denominação do BRL V - Fundo de Investimento Imobiliário - FII) (1);
- Santander FI Hedge Strategies Fund (Santander FI Hedge Strategies) (2);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL VI) (3);
- Santander Hermes Multimercado Crédito Privado Infraestrutura Fundo de Investimentos;
- Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Atacado – Não Padronizado (3);
- Atual - Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior;
- Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – Getnet ;
- Santander Flex Fundo de Investimento Direitos Creditórios (3);
- San Créditos Estruturados – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizado (3);
- D365 – Fundo De Investimento em Direitos Creditórios (3);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Tellus (3); e
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Precato IV (3).

(1) O Banco Santander figurava como credor de determinadas operações de crédito em atraso que possuíam como garantia imóveis. A operação para recuperação destes créditos consiste no aporte dos imóveis em garantia ao capital do Fundo de Investimento Imobiliário a consequente transferência das cotas do Fundo ao Banco Santander, mediante dação em pagamento das operações de crédito supracitadas.

(2) O Banco Santander, através de suas subsidiárias, é detentor dos riscos e benefícios do Santander Paraty e do Subfundo Santander FI Hedge Strategies, com residência na Irlanda, e ambos são consolidados integralmente em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas. O Santander Paraty não possui posição patrimonial própria, sendo todos os registros oriundos da posição financeira do Santander FI Hedge Strategies.

(3) Fundo controlado pela Return Capital Serviços de Recuperação de Crédito S.A.

Foram implementados movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Conglomerado Santander.

a) Aquisição de participação e Investimento na América Gestão Serviços em Energia S.A.

Em 12 de março de 2024, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços ("Santander Corretora") formalizou, em conjunto com os acionistas da América Gestão Serviços em Energia S.A. ("América Energia"), contrato de compra e venda de ações e outras avenças com vistas a aquisição de 70% do capital social total e votante da América Energia. A conclusão da Operação estará sujeita ao cumprimento de determinadas condições suspensivas usuais em transações similares, incluindo a obtenção das autorizações regulatórias pertinentes.

b) Aquisição de participação e Investimento na Fit Economia de Energia S.A.

Em 06 de março de 2024, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. concluiu, diante do cumprimento das condições precedentes aplicáveis, a operação para aquisição e investimento na Fit Economia de Energia S.A. ("Companhia"), de forma que passou a deter 65% do capital social da Companhia ("Operação"). Informações adicionais sobre os valores adquiridos e contraprestações assumidas estão sob avaliação e serão divulgadas conforme aplicáveis em divulgações futuras, em conexão com a conclusão da contabilização do método de aquisição que deve ocorrer em até 1 ano da data da operação.

c) Aquisição da totalidade da participação acionária na Toro Participações S.A. e incorporação pela Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Em 07 de junho de 2023, o Banco Santander celebrou, junto aos acionistas da Toro Participações S.A. ("Toro Participações"), um contrato para aquisição da totalidade das ações da Toro Participações, de forma que, uma vez efetivada a operação, passará a deter, indiretamente, a titularidade de 100% do capital social da Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e da Toro Investimentos S.A. ("Operação").

Em 03 de janeiro de 2024, após o cumprimento das condições precedentes, o Banco Santander concluiu a operação para aquisição da totalidade das ações da Toro Participações, de forma que, passou a deter, indiretamente, a titularidade de 100% do capital social da Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e da Toro Investimentos S.A. Em 29 de fevereiro de 2024, foi aprovada a incorporação da Toro Participações S.A. pela Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. A eficácia da incorporação está sujeita à homologação pelo Banco Central do Brasil.

A operação é uma oportunidade para o Santander atuar de forma mais ativa e diversificada no mercado de corretagem de títulos e valores mobiliários e no desenvolvimento da plataforma de investimentos, ampliando a oferta de produtos e serviços em ações, renda fixa, títulos públicos, títulos bancários, crédito privado, FIs (fundos de investimento imobiliário), ETFs (Exchange Traded Fund), BDRs (Brazilian Depositary Receipts), bem como atuação nos segmentos de educação financeira e análise de investimentos.

O ágio de aquisição se justifica pelos valores dos ativos adquiridos e da rentabilidade futura esperada pela sinergia gerada com a atividade da Toro Participações S.A.

As informações adicionais e atualizadas sobre os valores adquiridos e contraprestações assumidas finais, após avaliação dos dados preliminares divulgados em 31 de dezembro de 2023, efetuadas em conexão com a conclusão da contabilização do método de aquisição estão apresentadas a seguir:

A aquisição ocorreu mediante a aquisição, pelo Santander, de 14.588.271 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia com o pagamento nas seguintes condições:

- a. na data do Closing, no valor de R\$291.529 (R\$ 145.764 milhões pagos na Data do Fechamento mediante a TED e R\$ 145.764 milhões pagos em certificados de depósito de ação, entregues à vista, na Data do Fechamento);
- b. R\$92.536 a serem pagos até 31/01/2026, atualizado por CDI e após confirmado o atingimento de certos indicadores de performance estipulados no Contrato de Compra e Venda, os quais serão aferidos em 31/12/2025.

Para a avaliação econômico-financeira da Toro foi utilizado o critério do fluxo de caixa descontado.

A contraprestação líquida pela aquisição de 100% foi de R\$384.065. O ativo líquido identificável adquirido ao valor justo na data da aquisição foi de R\$199.595, o que gerou um ágio, mensurado no montante de R\$184.470, conforme demonstrado no quadro abaixo:

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Data da transação: 03/01/2024	
Preço alocado	384.065
Patrimônio Líquido (a)	127.057
Excedente - Ativos intangíveis (valor justo) (b)	72.538
Marca (c)	37.700
Software (d)	19.057
Carteira de clientes (e)	12.044
Não competição (f)	3.737
Ativos identificados	199.595
Ágio (goodwill)	184.470
<hr/>	
Total do patrimônio líquido adquirido	127.057
Mais valia de ativos (g)	72.538
Ágio gerado na transação (g)	184.470
Total da contraprestação líquida	384.065

- (a) Montante composto por R\$134.249 de intangíveis, R\$ 8.961 de outros ativos, R\$16.153 de obrigações diversas.
- (b) A Companhia identificou a alocação dos ativos tangíveis e intangíveis na aquisição (combinação de negócios) mensurados a valor justo conforme elaboração de laudo emitido por empresa independente.
- (c) A marca da Toro possui relevância no mercado e reconhecimento por parte dos Clientes e, por isso, foi identificada como um ativo intangível. Para a sua avaliação foi utilizada a abordagem da rentabilidade ("Income approach") pelo método dos royalties evitados ("Relief from royalties").
- (d) A Toro dispõe de uma plataforma tecnológica relevante dentro de seu contexto operacional. Na perspectiva da Administração há um valor relevante desse intangível. Para a avaliação do software foi utilizada a abordagem da rentabilidade ("Income approach"), mais especificamente o método de rentabilidade excedente em períodos múltiplos.
- (e) A Toro possui uma carteira de clientes construída desde sua fundação em 2010, que envolve uma variedade de produtos relacionados a investimentos. Sendo assim, o relacionamento com clientes gera um benefício econômico, e assim, foi identificado como um ativo intangível. Para a sua avaliação foi utilizada a abordagem da rentabilidade ("Income approach"), mais especificamente o método de rentabilidade excedente em períodos múltiplos.
- (f) Os signatários do Acordo de Acionistas da Toro assinaram um Acordo de Não Competição dentro do SPA. Dessa forma, entende-se que o Acordo de Não-Competição possui ainda um valor para quaisquer participantes de mercado do seguimento da Empresa. O acordo tem um prazo estipulado contrato de 5 anos, após a data do closing. Para a sua avaliação foi utilizada a abordagem da renda ("Income approach") pelo método do Fluxo de Caixa Incremental.
- (g) Item alocado no patrimônio líquido, no montante total de R\$ 257.008.

Não há expectativa de dedutibilidade do valor total do ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) para fins fiscais para as operações reconhecidas.

d) Aquisição do remanescente de Participação Societária na Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários Ltda.

Em 22 de dezembro de 2023, a Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI") – subsidiária integral da Companhia - celebrou, junto aos sócios da Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários Ltda. ("Apê11"), determinado Contrato de Compra e Venda de Ações para adquirir os 10% de do capital social da Apê11 remanescente detidos pelos minoritários ("Operação"). Como resultado da Operação a SHI passou a deter 100% do Capital Social da Apê11.

e) Incorporação Total da Mob Soluções em Tecnologia Ltda. pela Return Capital S.A. e Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda.

Em 31 de outubro de 2023, a Mob Soluções em Tecnologia Ltda. ("Mob") foi incorporada totalmente tendo seu patrimônio absorvido por sua controladora direta, a Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda. ("Mobills"), de acordo com as condições estabelecidas no Protocolo e Justificação da operação. A implementação da incorporação total da Mob não implicou um aumento de capital social da Mobills, uma vez que a totalidade das quotas de emissão da Mob era detida pela Mobills e portanto já refletida em conta de investimento por equivalência.

f) Venda da totalidade da participação detida no Banco PSA Finance Brasil S.A. e na Stellantis Corretora de Seguros e Serviços Ltda.

Em 31 de agosto de 2023, a Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Aymoré") e a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora de Seguros") concluíram a operação de venda de participações societárias detida

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

(a) pela Aymoré, representando 50% (cinquenta por cento) do capital social do Banco PSA Finance Brasil S.A. ("Banco PSA"), para o Stellantis Financial Service, S.A. e (b) pela Santander Corretora de Seguros, representando 50% (cinquenta por cento) do capital social da Stellantis Corretora de Seguros e Serviços Ltda. ("Stellantis Corretora"), para a Stellantis Services Ltd. ("Operação").

Com a conclusão da Operação, a Aymoré deixou de deter participação societária no Banco PSA e a Santander Corretora de Seguros deixa de deter participação societária na Stellantis Corretora.

g) Joint-venture entre Banco Santander (Brasil) S.A. e Sodexo Pass International e Sodexo Pass do Brasil Serviços de Inovação Ltda.

Em 24 de junho de 2023, o Banco Santander celebrou, junto a Sodexo Pass International e Sodexo Pass do Brasil Serviços de Inovação Ltda., um contrato de joint-venture, de forma que, uma vez efetivada a operação, passará a ser titular de 20% do capital social da Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S.A. ("Operação").

A conclusão da Operação estará sujeita ao cumprimento de determinadas condições suspensivas usuais em transações similares, incluindo a obtenção das autorizações regulatórias pertinentes.

h) Venda de parcela da participação acionária da Santander Corretora na Webmotors S.A. para a Carsales.com Investments PTY LTD

Em 28 de abril de 2023, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora") concluiu a operação de venda de ações representativas de 40% do capital social da Webmotors S.A. ("Webmotors") para a Carsales.com Investments PTY LTD ("Carsales") ("Operação"). Com a conclusão da Operação, a Santander Corretora passou a ser titular de 30% e a Carsales de 70% do capital social da Webmotors.

i) Venda de parcela da participação acionária da Santander Corretora na Webmotors S.A. para a Carsales.com Investments PTY LTD.

Em 28 de abril de 2023, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora") concluiu a operação de venda de ações representativas de 40% do capital social da Webmotors S.A. ("Webmotors") para a Carsales.com Investments PTY LTD ("Carsales") ("Operação").

Com a conclusão da Operação, a Santander Corretora passou a ser titular de 30% e a Carsales de 70% do capital social da Webmotors.

j) Investimento da Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. na Biomás – Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.

Em 9 de novembro de 2022, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora") celebrou um acordo de investimento para se tornar acionista ("Operação") da Biomás – Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A. ("Biomás"). A Biomás é uma empresa constituída com a finalidade de prestar serviços voltados para o desenvolvimento e execução de atividades destinadas à restauração e conservação da biodiversidade e ecossistemas naturais, se alinhando, portanto, com os propósitos ESG (Environmental, Social and Governance) do Grupo Santander.

Em 21 de março de 2023, com a conclusão da Operação, a Santander Corretora passou a deter 16,66% da participação acionária da Biomás.

3. Ativos Financeiros

a) Classificação por natureza e categoria

A classificação por natureza e categoria para fins de avaliação dos ativos do Banco, exceto saldos relacionados com "Disponibilidades" e "Derivativos utilizados como Hedge", em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023 está demonstrada abaixo:

	31/03/2024			
	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Ativos Financeiros mensurados ao Custo Amortizado	Total
Reservas no Banco Central do Brasil	85.864.475	-	84.105.863	169.970.338
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	-	-	25.442.680	25.442.680
Sendo:				
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	-	-	25.451.272	25.451.272
Perda de valor recuperável (impairment) (nota 3-b.2)	-	-	(8.592)	(8.592)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Empréstimos e adiantamentos a clientes	3.791.827	-	527.318.709	531.110.536
Sendo:				
Empréstimos e adiantamentos a clientes (1)	3.791.827	-	560.588.624	564.380.451
Perda de valor recuperável (impairment) (nota 3-b.2)	-	-	(33.269.915)	(33.269.915)
Instrumentos de dívida	96.541.935	58.130.816	95.870.626	250.543.377
Sendo:				
Instrumentos de dívida	96.541.935	58.130.816	97.779.489	252.452.240
Perda de valor recuperável (impairment) (nota 3-b.2)	-	-	(1.908.863)	(1.908.863)
Instrumentos de patrimônio	4.026.933	17.017	-	4.043.950
Derivativos	29.235.955	-	-	29.235.955
Total	219.461.125	58.147.833	732.737.878	1.010.346.836

31/12/2023

	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Ativos Financeiros mensurados ao Custo Amortizado	Total
Reservas no Banco Central do Brasil	88.898.186	-	81.969.532	170.867.718
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	-	-	25.716.845	25.716.845
Sendo:				
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	-	-	25.716.845	25.716.845
Perda de valor recuperável (impairment)	-	-	(7.764)	(7.764)
Empréstimos e adiantamentos a clientes	3.040.712	-	514.936.423	517.977.135
Sendo:				
Empréstimos e adiantamentos a clientes (1)	3.040.712	-	548.495.491	551.536.203
Perda de valor recuperável (impairment)	-	-	(33.559.068)	(33.559.068)
Instrumentos de dívida	84.291.192	59.036.137	101.087.321	244.414.650
Sendo:				
Instrumentos de dívida	84.291.192	59.036.137	102.673.487	246.000.816
Perda de valor recuperável (impairment)	-	-	(1.586.166)	(1.586.166)
Instrumentos de patrimônio	3.422.154	15.953	-	3.438.107
Derivativos	29.269.652	-	-	29.269.652
Total	208.921.896	59.052.090	723.710.121	991.684.107

(1) Em 31 de março de 2024, o saldo registrado em "Empréstimos e adiantamentos a clientes" referente a operações da carteira de crédito cedida é de R\$ 25.071 (31/12/2023 - R\$26.696) e R\$23.834 (31/12/2023 - R\$25.497) de "Outros passivos financeiros - Passivos Financeiros Associados a Transferência de Ativos".

b) Ajustes de avaliação decorrentes de perda de valor recuperável dos ativos financeiros

b.1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes

Conforme indicado na nota explicativa 2 às Demonstrações Financeiras Intermediárias consolidadas do Banco referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2024, as variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado e exceto no caso de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, em que as variações no valor justo são reconhecidas temporariamente no patrimônio líquido consolidado, em "Outros resultados abrangentes".

Os débitos ou créditos em "Outros Resultados Abrangentes" provenientes das variações ao valor justo, permanecem no patrimônio líquido consolidado do Banco até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado. Como parte do processo de mensuração ao valor justo, quando há evidência, de perdas no valor recuperável desses instrumentos, os valores deixam de ser reconhecidos no patrimônio líquido sob a rubrica "Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por meio de Outros resultados abrangentes" e são reclassificados para a Demonstração Consolidada do Resultado pelo valor cumulativo naquela data.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em 31 de março de 2024 o Banco analisou as variações no valor justo dos diversos ativos que compõem essa carteira e concluiu que, nessa data, não houve diferenças significativas cuja origem poderia ser considerada como decorrentes de perdas de valor recuperável (impairment). Conseqüentemente, a totalidade das variações no valor justo desses ativos está apresentada em "Outros Resultados Abrangentes". As variações no saldo de outros resultados abrangentes no período intermediário são reconhecidas na demonstração consolidada de Outros Resultados Abrangentes.

No segundo trimestre de 2022, em conformidade com as melhores práticas de governança corporativa, a Administração aprovou a mudança do modelo de negócios de títulos e valores mobiliários, de mantidos com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais e vender para mantidos com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais, no montante de R\$11 bilhões sem impacto em resultado, sendo o saldo em Patrimônio Líquido estornado integralmente.

Essa decisão está fundamentada em resposta às mudanças ocasionadas pela aprovação da Lei 14.031/20 e, com o objetivo de adequar as novas condições de gestão de risco de taxa de juros, os títulos públicos pré-fixados LTNs que eram utilizados para cobertura do diferencial de juros foram reclassificados, em 01 de abril de 2022. Tal mudança na legislação acarreta em alteração do Modelo de Gestão utilizado pela Administração para gestão desses títulos, e avalia-se que as LTNs com vencimento em 2024, não se enquadram mais em modelos de "Mantidos para Coletar e Vender", sendo que, com a extinção da assimetria fiscal dos investimentos no exterior, tais títulos serão utilizados exclusivamente com objetivos de coletar fluxos de caixa.

Dessa forma, com a reclassificação realizada em 01 de abril de 2022, os Títulos Públicos Federais - LTNs com vencimento em 2024 deixam de ser registrados a valor justo em Outros Resultados Abrangentes, e passam a ter efeito somente de Pagamento de Principal e Juros. Tal evento acarreta na reversão integral do montante da marcação à mercado registrada em Outros Resultado Abrangentes na data da reclassificação no total bruto de R\$ 1.025 milhões, reduzindo, em contrapartida, o valor do ativo registrado.

b.2) Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Empréstimos, outros valores com instituições de crédito, adiantamentos a clientes e Instrumento de Dívida

As variações nas provisões para perdas de valor recuperável dos ativos incluídos em "Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Empréstimos, Outros Valores com Instituições de Crédito, Adiantamentos a Clientes e Instrumento de Dívida" ⁽¹⁾ nos períodos findos em 31 de março de 2024 e de 2023 foram as seguintes:

	01/01 a 31/03/2024	01/01 a 31/03/2023
Saldo no início do período	35.152.071	35.211.623
Constituição (Reversão) para perdas com ativos financeiros	6.356.327	7.567.781
Baixa dos saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registradas	(6.329.780)	(8.865.803)
Variação Cambial	8.752	12.487
Saldo no final do período (Nota 3.a)	35.187.370	33.926.088
Provisões para compromissos contingentes (Nota 10.a)	396.250	446.034
Total da provisão para perdas de valor recuperável, incluindo provisões para compromissos contingentes decorrentes desses ativos	35.583.620	34.372.131
Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo	143.594	180.787
Desconto Concedido	(586.636)	(659.972)

(1) Inclui Provisão para Perdas de Contratos de garantias Financeiras Prestadas.

Considerando os valores reconhecidos em "Constituição (Reversão) para perdas com ativos financeiros", "Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo" e "Desconto Concedido" totalizam R\$6.799.369 e R\$8.046.966 nos períodos findos em 31 de março de 2024 e de 2023, respectivamente.

c) Ativos não recuperáveis

Um ativo financeiro é considerado não recuperável quando há prova objetiva da ocorrência de eventos que: (i) ocasionem um impacto adverso sobre os fluxos de caixa futuros estimados na data da transação, no caso de instrumentos de dívida (empréstimos e títulos de dívida); (ii) signifiquem que seu valor contábil não pode ser integralmente recuperado, no caso de instrumentos de patrimônio; (iii) decorrentes da violação de cláusulas ou termos de empréstimos, e (iv) por ocasião do processo de falência.

Os detalhes das variações no saldo dos ativos financeiros classificados como "Empréstimos, adiantamentos a clientes e Instrumentos de Dívida" considerados como não recuperável devido ao risco de crédito nos períodos findos em 31 de março de 2024 e de 2023 são os seguintes:

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	01/01 a 31/03/2024	01/01 a 31/03/2023
Saldo no início do período	39.886.905	39.223.835
Adições líquidas	6.151.811	12.136.224
Baixa dos saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registradas	(6.714.966)	(9.615.705)
Saldo no final do período	39.323.750	41.744.354

d) Provisões para Perdas de Contratos de Garantias Financeiras Prestadas

O IFRS 9 requer que seja registrada a provisão para perdas de crédito esperadas para contratos de garantias financeiras prestadas, que ainda não tenham sido honradas. Deverá ser mensurada e contabilizado à despesa de provisão que reflita o risco de crédito no caso de garantias honradas e o cliente avalizado não cumprir com suas obrigações contratuais. Abaixo consta a movimentação dessas provisões para os períodos findos em 31 de março de 2024 e de 2023.

	01/01 a 31/03/2024	01/01 a 31/03/2023
Saldo no início do período	378.145	340.005
Constituição (Reversão) de provisão para perdas de contratos de garantias financeiras prestadas	18.105	(51.004)
Saldo no final do período	396.250	289.001

4. Ativos não correntes mantidos para venda

Ativos não correntes mantidos para venda inclui bens ativos não de uso.

5. Participações em coligadas e empreendimentos em conjuntos

Controle Conjunto

O Banco Santander e suas controladas consideram os investimentos classificados como controle conjunto quando possuem acordo de acionistas nos quais define que as decisões estratégicas, financeiras e operacionais exigem o consentimento unânime de todos os investidores.

Influência Significativa

Coligadas são entidades nas quais o Banco tem condições de exercer influência significativa (influência significativa é o poder de participar das decisões de políticas financeiras e operacionais da investida) mas não controla nem detém controle conjunto.

a) Composição

	Atividade	País	Participação em %	
			31/03/2024	31/03/2023
Controle conjunto do Banco Santander				
Banco RCI Brasil S.A.	Banco	Brasil	39,89%	39,89%
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP (1)(2)	Outras Atividades	Brasil	11,11%	11,11%
Gestora de Inteligência de Crédito (1)	Birô de Crédito	Brasil	15,56%	15,56%
Santander Auto S.A.	Outras Atividades	Brasil	50,00%	50,00%
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros				
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN (1)	Outras Atividades	Brasil	18,98%	18,98%
Hyundai Corretora de Seguros	Corretora de Seguros	Brasil	50,00%	50,00%
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.	Outras Atividades	Brasil	20,00%	20,00%
Biomás - Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	Outras Atividades	Brasil	16,67%	0,00%
Controlada da Webmotors S.A.				
Loop Gestão de Pátios S.A. (Loop)	Prestação de Serviços	Brasil	51,00%	51,00%
Car10 Tecnologia e Informação S.A. (Car10)	Tecnologia	Brasil	66,67%	66,67%
Controlada da Tecban				
Tbnet Comércio, Locação e Administração Ltda. (Tbnet)	Outras Atividades	Brasil	100,00%	100,00%
TecBan Serviços Integrados Ltda.	Outras Atividades	Brasil	100,00%	100,00%
Controlada da Tbnet				

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Tbforte Segurança e Transporte de Valores Ltda. (Tbforte)	Outras Atividades	Brasil	100,00%	100,00%
Influência Significativa do Banco Santander				
CIP S.A.	Outras Atividades	Brasil	17,53%	17,87%
Influência Significativa da Santander Corretora de Seguros				
Webmotors S.A. (3)	Outras Atividades	Brasil	30,00%	70,00%

	31/03/2024			31/12/2023		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Controle conjunto do Banco Santander	12.817.301	12.763.454	53.847	13.123.616	13.018.222	105.394
Banco RCI Brasil S.A.	11.227.646	11.180.874	46.772	11.547.631	11.442.688	104.943
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	3.682	3.723	(41)	1.784	1.783	1
Gestora de Inteligência de Crédito	1.238.595	1.244.265	(5.670)	1.257.492	1.295.424	(37.932)
Santander Auto S.A.	347.378	334.592	12.786	316.709	278.327	38.382
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	3.042.014	3.036.653	5.361	3.066.701	3.048.870	17.830
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	2.796.892	2.776.000	20.892	2.815.300	2.795.143	20.156
Hyundai Corretora de Seguros	5.552	5.278	274	5.246	4.540	707
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.	218.420	225.749	(7.329)	219.149	213.693	5.455
Biomass - Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	21.150	29.626	(8.476)	27.006	35.494	(8.488)
Influência Significativa do Banco Santander	2.233.927	2.108.733	125.194	3.298.189	2.750.256	547.933
CIP S.A.	2.233.927	2.108.733	125.194	3.298.189	2.750.256	547.933
Influência Significativa da Santander Corretora de Seguros	509.781	455.247	54.534	485.398	366.626	118.772
Webmotors S.A.	509.781	455.247	54.534	485.398	366.626	118.772
Total	18.603.023	18.364.087	238.936	19.973.904	19.183.974	789.929

- O Banco exerce o controle em conjunto na entidade com os demais acionistas majoritários, através de acordo de acionistas onde nenhuma decisão de negócio pode ser tomada por um único acionista.
- Em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado pela Santander Corretora de Seguros e a Carsales.com Investments PTY LTD. (Carsales).
- O Banco Santander Brasil S.A, através da sua Subsidiária Santander Corretora de Seguros vendeu parte da sua participação acionária na Webmotors S.A, para a Carsales, desfazendo-se assim de 40% do capital social da empresa no Consolidado, conforme detalhado na nota 2.

	Investimentos		Resultado	
	31/03/2024	31/12/2023	01/01 a 31/03/2024	01/01 a 31/03/2023
Controle conjunto do Banco Santander	614.094	585.101	24.070	46.605
Banco RCI Brasil S.A.	515.578	491.623	18.658	15.739
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	405	209	-	5
Gestora de Inteligência de Crédito	55.525	56.507	(981)	(991)
Santander Auto S.A.	42.586	36.762	6.393	5.105
CIP S.A.	-	-	-	26.747
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	293.361	293.840	1.223	11.122
Webmotors S.A.	-	-	-	14.857
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	248.345	246.083	3.965	(3.271)
Hyundai Corretora de Seguros	1.744	1.607	137	39
Stellantis Corretora de Seguros e Serviços Ltda.	-	-	-	430
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.	41.099	42.565	(1.466)	(933)
Biomass - Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	2.173	3.585	(1.413)	-
Influência Significativa do Banco Santander	329.756	503.922	21.946	-
CIP S.A.	329.756	503.922	21.946	-
Influência Significativa da Santander Corretora de Seguros	231.797	226.917	16.360	-
Webmotors S.A.	231.797	226.917	16.360	-
Total	1.469.008	1.609.780	63.599	57.727

O Banco não possui garantias concedidas para as empresas com controle conjunto e influência significativa.

O Banco não possui passivos contingentes com risco de perda possível significativos relacionados aos investimentos para as empresas com controle conjunto e influência significativa.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b) Variação

Abaixo estão as variações no saldo desse item nos períodos findos em 31 de março de 2024 e 2023:

	01/01 a 31/03/2024		01/01 a 31/03/2023	
	Controle Conjunto	Influência Significativa	Controle Conjunto	Influência Significativa
Saldo no início do exercício	878.944	730.836	1.727.570	-
Ajuste ao Valor de Mercado	5.293	2.656	(14.271)	-
Baixas	197	-	353	-
Resultados equivalência patrimonial	25.293	38.306	57.727	-
Dividendos propostos/recebidos	(2.269)	(210.248)	(3.194)	-
Adição / Aumento de Capital em Controlada em Conjunto	-	-	-	54
Saldo no final do período	907.458	561.550	1.768.185	54
Total dos Investimentos		1.469.008		1.768.239

c) Perdas por não-recuperação

Não foram contabilizadas perdas por não-recuperação dos investimentos em coligadas e empreendimentos conjuntos em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

d) Outras informações

Detalhes da principal empresa controlada em conjunto:

- **Banco RCI Brasil S.A.:** Sociedade constituída na forma de sociedade por ações com sede no Paraná, tem por objetivo principal a prática das operações de investimento, arrendamento mercantil, crédito, financiamento e investimento, visando sustentar o crescimento das marcas automotoras Renault e Nissan no mercado brasileiro, com operações voltadas, principalmente, ao financiamento e arrendamento ao consumidor final. É uma instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, sendo suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. De acordo com o Acordo de Acionistas, as principais decisões que impactam esta sociedade são tomadas em conjunto entre o Banco Santander e demais controladores.

6. Ativo imobilizado

Os ativos tangíveis do Banco dizem respeito ao imobilizado para uso próprio. O Banco não possui ativos tangíveis mantidos como propriedade de investimento e nem arrendados sob a condição de arrendamentos operacionais. O Banco também não é parte como arrendatário de nenhum contrato de arrendamento financeiro durante os períodos encerrados em 31 de março de 2024 e 2023.

a) Composição

Os detalhes, por categoria de ativo, dos ativos tangíveis nos balanços patrimoniais consolidados são os seguintes:

	Terrenos e Edificações	Sistemas de processamento de dados	Móveis e equipamentos	Imobilizado de Arrendamento	Obras em curso e outros	Total
			de uso e veículos			
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.821.362	1.792.101	2.735.815	748.426	(12.140)	7.085.564
Adições	37.417	14.178	45.140	22.490	-	119.225
Baixas	(30.688)	(3.840)	(7.381)	(37.698)	-	(79.607)
Depreciações do período	(92.867)	(155.326)	(68.711)	(106.289)	-	(423.193)
Transferências	342	41.696	(42.481)	-	-	(443)
Saldos em 31 de março de 2024	1.735.566	1.688.809	2.662.382	626.929	(12.140)	6.701.546
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.720.703	1.596.896	2.908.708	1.976.596	(12.140)	8.190.763
Adições	47.247	301.677	162.624	17.793	-	529.341
Baixa	(30.971)	(14.218)	(29.283)	(115.654)	-	(190.126)
Depreciações do período	(95.602)	(1.577)	(234.848)	(141.670)	-	(473.697)
Transferências	43.246	(122.202)	99.017	-	-	20.061
Saldos em 31 de março de 2023	1.684.623	1.760.576	2.906.218	1.737.066	(12.140)	8.076.343

As despesas de depreciação foram contabilizadas na rubrica "Depreciação e amortização", na demonstração do resultado.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b) Perdas por não recuperação

No período findo em 31 de março de 2024 não houve impacto de perdas por não recuperação (31/12/2023 – R\$ 4.984)

c) Compromisso de compra de ativos tangíveis

Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o Banco não possui valores compromissos contratuais para aquisição de ativo tangível.

7. Ativo intangível - Ágio

O ágio constitui o excedente entre o custo de aquisição e a participação do Banco no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes da adquirida. Quando o excesso é negativo (deságio), este é reconhecido imediatamente no resultado. Em conformidade com o IFRS 3 Combinações de Negócios, o ágio é contabilizado pelo custo e não é amortizado, mas testado anualmente para fins de redução ao valor de recuperação ou sempre que houver indícios de redução ao valor de recuperação da unidade geradora de caixa à qual ele foi alocado. O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade (nota 1.c.3.1.v) e foi alocado de acordo com o segmento operacional (nota 15).

Baseado nas premissas descritas acima, não foi identificada perda do valor recuperável do ágio em 31 de março de 2024. Ao longo do primeiro trimestre de 2024, não foram identificados indicativos de perda do valor recuperável do ágio.

	31/03/2024	31/12/2023
Composição:		
Banco ABN Amro Real S.A. (Banco Real)	27.217.565	27.217.565
Em Dia Serviços Especializados em Cobranças Ltda.	184.447	184.447
Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	160.770	160.770
Olé Consignado (Atual Denominação Social do Banco Bonsucesso Consignado)	62.800	62.800
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.	42.135	42.135
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A. (atual denominação social da Ipanema Empreendimentos e Participações S.A.)	41.324	41.324
Monetus Investimentos S.A.	39.919	39.919
Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda.	39.589	39.589
Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A.	32.590	32.590
Santander Brasil Tecnologia S.A.	16.381	16.381
Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A.	9.777	9.777
GIRA, Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.	5.271	5.271
Total	27.852.568	27.852.568

Banco Comercial
31/12/2023

Principais premissas:

Bases para determinação do valor recuperável	
Período das projeções dos fluxos de caixa (1)	5 anos
Taxa de Crescimento Perpétuo	5,4%
Taxa de desconto antes de impostos	20,3%
Taxa de desconto	13,0%

(1) As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da Administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação.

Um teste quantitativo de recuperabilidade de ágio é realizado anualmente. Ao término de cada exercício é realizada uma análise sobre a existência de indícios de impairment. No período findo em 31 de março de 2024 e exercício de 2023 não houve evidências de impairment. No teste de recuperabilidade do ágio, as taxas de desconto e crescimento na perpetuidade são as premissas mais sensíveis para o cálculo do valor presente (valor em uso) dos fluxos de caixa futuros descontados. Com a variação de +0,25% ou -0,25% nessas taxas, o valor dos fluxos de caixa futuros descontados a valor presente continua a indicar a inexistência de impairment.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

8. Ativo Intangível - Outros ativos intangíveis

A movimentação dos outros ativos intangíveis nos períodos findos em 31 de março de 2024 e de 2023, foi a seguinte:

	Movimentação de:					
	31/12/2023 a 31/03/2024			31/12/2022 a 31/03/2023		
	Desenvolv. de Tecnologia da Informação	Outros Ativos	Total	Desenvolv. de Tecnologia da Informação	Outros Ativos	Total
Saldo inicial	4.203.147	319.798	4.522.945	3.457.640	255.767	3.713.407
Adições	333.319	-	333.319	308.026	46.252	354.278
Baixas	(29.695)	-	(29.695)	(99.893)	(1)	(99.894)
Transferências	-	-	-	61.271	(67.831)	(6.561)
Amortizações no período	(245.206)	(13.388)	(258.594)	(194.670)	(20.010)	(214.680)
Impairment no período	-	-	-	-	(2.749)	(2.749)
Saldo final	4.261.565	306.410	4.567.975	3.532.373	211.428	3.743.802
Vida útil estimada	5 anos	Até 5 anos		5 anos	Até 5 anos	

As despesas com amortização foram incluídas no item "Depreciação e amortização" na demonstração do resultado.

9. Passivos Financeiros

a) Classificação por natureza e categoria

A classificação, por natureza e categoria para fins de avaliação, dos passivos financeiros do Banco que não aqueles incluídos em "Derivativos utilizados como Hedge", em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

	31/03/2024		
	Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	Total
Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito	-	119.279.652	119.279.652
Depósitos de clientes	-	573.796.557	573.796.557
Obrigações por títulos e valores mobiliários	4.759.655	126.917.436	131.677.091
Derivativos	25.380.609	-	25.380.609
Posições vendidas	35.829.061	-	35.829.061
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	20.394.912	20.394.912
Outros passivos financeiros	94.963	73.579.221	73.674.184
Total	66.064.288	913.967.778	980.032.066

	31/12/2023		
	Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	Total
Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito	-	118.511.957	118.511.957
Depósitos de clientes	-	583.220.576	583.220.576
Obrigações por títulos e valores mobiliários	5.985.593	124.397.422	130.383.015
Derivativos	23.763.857	-	23.763.857
Posições vendidas	19.831.991	-	19.831.991
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	19.626.967	19.626.967
Outros passivos financeiros	-	64.793.584	64.793.584
Total	49.581.441	910.550.506	960.131.947

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b) Composição e detalhes**b.1) Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito**

	31/03/2024	31/12/2023
Depósitos à vista (1)	3.878.095	5.100.220
Depósitos a prazo (2)	101.479.749	95.289.502
Operações compromissadas	13.921.808	18.122.235
Sendo:		
Operações Lastreadas com Títulos Privados (3)	71.441	62.882
Operações Lastreadas com Títulos Públicos	13.850.367	18.059.353
Total	119.279.652	118.511.957

(1) Contas não remuneradas.

(2) Inclui as operações com instituições de crédito decorrentes das linhas de financiamento à exportação e importação, repasses do país (BNDES e Finame) e do exterior, e outras linhas de crédito no exterior.

(3) Referem-se, basicamente, a operações compromissadas com lastro em debêntures de emissão própria.

b.2) Depósitos de clientes

	31/03/2024	31/12/2023
Depósitos à vista	91.482.157	94.674.392
Contas correntes (1)	34.426.389	36.598.932
Cadernetas de poupança	57.055.768	58.075.460
Depósitos a prazo	390.944.143	390.497.032
Operações compromissadas	91.370.257	98.049.152
Sendo:		
Operações Lastreadas com Títulos Privados (2)	17.944.949	21.550.508
Operações Lastreadas com Títulos Públicos	73.425.308	76.498.644
Total	573.796.557	583.220.576

(1) Contas não remuneradas.

(2) Referem-se, basicamente, a operações compromissadas com lastro em debêntures de emissão própria.

b.3) Obrigações por títulos e valores mobiliários

	31/03/2024	31/12/2023
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (1)	39.109.938	41.677.823
Eurobonds	13.103.403	13.612.088
Letras financeiras (2)	22.626.545	22.729.058
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	40.602.641	36.422.805
Letra Imobiliária Garantida - LIG (3)	16.234.564	15.941.241
Total	131.677.091	130.383.015

(1) Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 31 de março de 2024, possuem prazo de vencimento entre 2024 e 2034 (31/12/2023 – com prazo de vencimento entre 2024 e 2030).

(2) As principais características das letras financeiras são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R\$ 50 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 31 de março de 2024, possuem prazo de vencimento entre 2024 e 2034 (31/12/2023 - com prazo de vencimento entre 2024 e 2033).

(3) Letras Imobiliárias Garantidas são títulos de renda fixa lastreados por créditos Imobiliários garantidos pelo emissor e por um pool de créditos imobiliários apartados dos demais ativos do emissor. Em 31 de março de 2024, possuem prazo de vencimento entre 2024 e 2035 (31/12/2023 - com prazo de vencimento entre 2024 e 2035).

As variações no saldo de "Obrigações por títulos e valores mobiliários" no período findo em 31 de março de 2024 e de 2023 foram as seguintes:

	01/01 a 31/03/2024	01/01 a 31/03/2023
Saldo no início do período	130.383.015	116.042.393
Emissões e Pagamentos	548.167	7.957.931
Juros	1.101.575	2.429.745
Variação cambial e outros	(355.666)	882.546
Saldo no final do período	131.677.091	127.312.615

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

A Composição de "Eurobonds e outros títulos" é a seguinte:

Emissão	Vencimento até	Taxa de Juros (a.a.)	2024	2023
2021	2031	Até 9% + CDI	3.343.410	3.337.315
2022	2035	Até 9% + CDI	1.645.703	1.918.929
2023	2031	Até 9% + CDI	5.493.929	8.355.844
2024	2033	Até 9% + CDI	2.620.361	-
Total			13.103.403	13.612.088

b.4) Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Os detalhes do saldo do item "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital" referente a emissão de instrumentos de capital para compor o nível I e nível II do patrimônio de referência, são os seguintes:

	Emissão	Vencimento	Valor em milhões	Taxa de juros (a.a.)	31/03/2024	31/12/2023
Nível I (1)	nov-18	sem prazo (perpétuo)	US\$1.250	7,3%	6.466.359	6.116.218
Letras Financeiras - Nível II (2)	nov-21	nov-31	R\$5.300	CDI+2%	7.294.048	7.072.124
Letras Financeiras - Nível II (2)	dez-21	dez-31	R\$200	CDI+2%	275.014	266.647
Letras Financeiras - Nível II (2)	out-23	out-33	R\$6.000	CDI+1,6%	6.359.491	6.171.978
Total					20.394.912	19.626.967

(1) As emissões foram efetuadas através da Agência de Cayman e não há incidência de Imposto de Renda na Fonte, e possuem juros pagos semestralmente, a partir de 08 de maio de 2019.

(2) Letras Financeiras emitidas em novembro 2021 possuem opção de resgate e recompra.

As Notes possuem as seguintes características comuns:

(a) Valor unitário de, no mínimo, US\$150 mil e em múltiplos integrais de US\$1 mil no que exceder tal valor mínimo;

(b) As Notes poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander após o 5º (quinto) aniversário contado da data de emissão das Notes, a exclusivo critério do Banco ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às Notes; ou a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios.

As variações no saldo de "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital" nos períodos findos em 31 de março de 2024 e de 2023 foram as seguintes:

	01/01 a 31/03/2024	01/01 a 31/03/2023
Saldos no início do período	19.626.967	19.537.618
Juros Nível I (1)	417.804	117.721
Juros Nível II (1)	153.005	390.297
Variação Cambial	197.136	(404.557)
Saldo no final do período	20.394.912	19.641.079

(1) A remuneração de juros referente ao Instrumento de Dívida Elegível a Capital Nível I e II foi registrada em contrapartida do resultado do período como "Despesas com Juros e Similares".

10. Provisão para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões

a) Composição

A composição do saldo do item "Provisões" é a seguinte:

	31/03/2024	31/12/2023
Provisões para fundos de pensões e obrigações similares	2.569.842	2.543.504
Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões	9.432.156	8.930.277
Processos judiciais e administrativos de Responsabilidade de Ex-Controladores	496	496
Processos judiciais e administrativos	8.942.519	8.457.667
Sendo:		
Cíveis	3.012.274	2.888.359
Trabalhistas	3.494.083	3.277.476

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Fiscais e Previdenciárias	2.436.162	2.291.832
Provisões para compromissos contingentes (Nota 3.b.2)	396.250	382.485
Provisões diversas	92.891	89.629
Total	12.001.998	11.473.781

b) Provisões Fiscais, Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

O Banco Santander e suas controladas são parte integrante em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender as eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

b.1) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

Principais processos judiciais e administrativos com risco de perda provável

O Banco Santander e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável.

Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes - R\$ 1.116.957 (31/12/2023 - R\$1.099.049) Consolidado: em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração na Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto no Banco Santander (Brasil) S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, ocorridos durante os anos de 2000, 2001 e 2002. O processo administrativo se encerrou desfavorável para ambas as Companhias. Em 3 de julho de 2015, Banco e Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A. e Santander DTVM) impetraram ação judicial visando anular ambos os débitos fiscais. Referida ação teve sentença e acórdão improcedentes, o que ensejou as interposições de Recurso Especial ao STJ e Recurso Extraordinário ao STF, que aguardam julgamento. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, foi constituída provisão para fazer face à perda considerada provável na ação judicial.

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - R\$138.282 (31/12/2023 - R\$138.250): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - R\$ 398.526 (31/12/2023 - R\$379.234): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Além disso, outras ações envolvendo ISS, classificados como risco de perda possível, estão descritos na nota 10.b.4.

b.2) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados a benefícios de aposentadoria.

Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Ex-Empregados do Banespa. Ação coletiva ajuizada pela AFABESP (associação de aposentados e ex-funcionários do Banespa) pleiteando o pagamento de bônus semestral previsto no estatuto social do Banco. A decisão final da ação foi desfavorável ao Santander. Agora, cada beneficiário da decisão poderá ingressar com uma ação individual para receber o valor devido. O risco de perda é provável.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

Como os acórdãos adotaram posicionamentos distintos para cada caso, foi instaurado perante o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) um procedimento denominado Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) com o objetivo de estabelecer critérios objetivos a respeito das teses trazidas pelo Banco, principalmente as prescrições e limitações de pagamentos até dezembro de 2006 (Plano V). No dia 11 de março de 2024 o incidente de IRDR foi admitido para futuro julgamento e determinou a suspensão de todos os processos que estejam em segunda instância (TRT) e ajuizados em São Paulo (Capital).

Por fim, devido à divergência de interpretação da Constituição Federal, também foi ajuizada Ação de Alegação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), para que o Supremo Tribunal Federal (STF) resolva a questão e indique o estatuto correto de limitações a serem utilizadas nos casos individuais arquivados.

Em 31 de março de 2024 a provisão está constituída com base na estimativa de perda provável das ações individuais contra o Banco.

b.3) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, incluindo supostos efeitos da implementação de vários planos econômicos do governo, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

Ações de Caráter Indenizatório - Referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Planos Econômicos - Referem-se a discussões judiciais, que pleiteiam supostos expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II), por entenderem que tais planos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários supostamente devidos a Cadernetas de Poupança, Depósitos Judiciais e Depósitos a Prazo (CDBs). As ações são provisionadas com base na avaliação individualizada de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

O Banco Santander também é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. A constituição de provisão é feita somente para casos com risco provável, tendo como base os pedidos de execuções individuais. A questão está ainda sob análise no STF. Existe jurisprudência no STF favorável aos Bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tablita).

Contudo, a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre a constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos, mas essa decisão ainda não transitou em julgado. Desta forma, com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, serão julgadas improcedentes, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Civis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

Ao final de 2017, a Advocacia Geral da União (AGU), o Bacen, o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), a Frente Brasileira dos Poupadores (Febrapo) e a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) firmaram acordo que busca encerrar as disputas judiciais sobre os Planos Econômicos.

As discussões se concentraram em definir a quantia que seria paga a cada autor, conforme o saldo na caderneta na data do plano. O valor total dos pagamentos, dependerá da quantidade de adesões, e também do número de poupadores que tenham comprovado em juízo a existência da conta e o saldo na data de aniversário de alteração dos índices. O termo de acordo negociado entre as partes foi homologado pelo STF.

Em decisão proferida pelo STF, ocorreu suspensão nacional de todos os processos que versem sobre a questão pelo período de vigência do acordo, com exceção aos casos em cumprimento definitivo de sentença.

Em 11 de março de 2020, houve a prorrogação do acordo por meio de aditivo, com a inclusão das ações que envolvem somente a discussão do Plano Collor I. Tal prorrogação tem prazo de 5 anos e a homologação dos termos do aditivo ocorreu no dia 03 de junho

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

de 2020.

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir os riscos envolvidos com os planos econômicos, considerando o acordo homologado.

b.4) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo, portanto, provisionados.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R\$ 35.237 milhões (31/12/2023 - R\$34.644 milhões), sendo os principais processos os seguintes:

PIS e COFINS - Ações judiciais movidas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. e outras entidades do Grupo para afastar a aplicação da Lei nº 9.718/98, que altera a base de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), estendendo-a a todas as receitas das entidades, e não apenas às receitas decorrentes da prestação de serviços. Em relação ao processo do Banco Santander (Brasil) S.A., em 2015 o Supremo Tribunal Federal (STF) admitiu o recurso extraordinário interposto pela União Federal em relação ao PIS, e negou provimento ao recurso extraordinário interposto pelo Ministério Público Federal em relação à contribuição para a COFINS, confirmando a decisão do Tribunal Regional Federal favorável ao Banco Santander (Brasil) S.A. de agosto de 2007. O STF decidiu, por meio de Repercussão Geral, o Tema 372 e acolheu parcialmente o recurso da União Federal fixando a tese de que incide o PIS/COFINS sobre as receitas operacionais decorrentes das atividades típicas das instituições financeiras. Com a publicação do acórdão, o Banco apresentou novo recurso em relação ao PIS, e aguarda análise. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, o prognóstico do risco foi classificado como perda possível, não sendo provável uma saída de recurso. Em 31 de março de 2024, o valor envolvido é de R\$2.147.824. Para as demais ações judiciais, foram constituídas as respectivas obrigações de PIS e COFINS.

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - o Banco e as empresas controladas possuem processos judiciais e administrativos decorrentes de questionamentos das autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 31 de março de 2024, o valor era de aproximadamente R\$9.218 milhões.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Em 31 de março de 2024, o valor era de aproximadamente R\$4.123 milhões.

Compensação Não Homologada - o Banco e suas coligadas discutem administrativa e judicialmente com a Receita Federal a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 31 de março de 2024, o valor era de aproximadamente R\$5.162 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Real - a Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra o Banco para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes ao período-base de 2009. As Autoridades Fiscais consideraram que o ágio referente à aquisição do Banco Real, amortizado contabilmente antes da sua incorporação, não poderia ser deduzido pelo Banco Santander para fins fiscais. O auto de infração foi devidamente impugnado. Em 04 de abril de 2024, o recurso do Banco foi acolhido pela Câmara Superior do CARF e aguarda formalização. Em 31 de março de 2024, o valor era de aproximadamente R\$1.656 milhões.

Perdas em Operações de Crédito - o Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 31 de março de 2024, o valor era de aproximadamente R\$1.488 milhões.

Utilização de Prejuízo Fiscal e de Base Negativa da CSLL - Autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil no exercício de 2009 e 2019 por supostas compensações indevidas de prejuízo fiscal e de base negativa da CSLL, como consequência de autuações fiscais lavradas em períodos anteriores. Aguarda-se julgamento na esfera administrativa. Em 31 de março de 2024, o valor era de aproximadamente R\$5.625 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Sudameris - as autoridades fiscais lavraram autos de infração para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris, referentes ao período base de 2007 a 2012. O Banco Santander apresentou as respectivas defesas administrativas, as quais foram

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

judgadas desfavoravelmente. Atualmente, os processos aguardam julgamento no CARF. Em 31 de março de 2024, o valor era de aproximadamente R\$753 milhões.

IRPJ e CSLL - Ganho de Capital - a Secretaria da Receita Federal do Brasil emitiu um auto de infração contra a Santander Seguros (sucessora legal da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao exercício fiscal de 2005. A Receita Federal do Brasil alega que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e da Real Vida e Previdência S.A pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34,0% ao invés de 15,0%. O lançamento foi contestado administrativamente com base no entendimento que o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. O processo administrativo encerrou desfavoravelmente à Companhia. Em julho de 2020, a Companhia ajuizou ação visando anular o débito. A ação judicial aguarda julgamento. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 31 de março de 2024, o valor era de aproximadamente R\$556 milhões.

IRRF – Remessa Exterior – A Companhia ajuizou medida judicial visando afastar a tributação do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, sobre pagamentos derivados da prestação de serviços de tecnologia de empresas sediadas no exterior, em razão da existência dos Tratados Internacionais firmados entre Brasil-Chile; Brasil-México e Brasil-Espanha, evitando-se, assim, a dupla tributação. Foi proferida sentença favorável e houve apelação por parte da Fazenda Nacional, junto ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, onde aguarda julgamento. Em 31 de março de 2024, o valor era de aproximadamente R\$962 milhões.

As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R\$167 milhões, incluindo o processo abaixo:

Reajuste das Complementações de Aposentadoria do Banesprev pelo IGPMI – Ação coletiva ajuizada pela Afabesp pleiteando a alteração do índice de reajuste do benefício previdenciário aos aposentados e ex-funcionários do Banespa, contratados antes de 1975. A ação foi julgada desfavoravelmente ao Santander que recorreu. O recurso aguarda julgamento.

Os passivos relacionados a ações cíveis com risco de perda possível totalizaram R\$2.654 milhões, tendo como principais processos:

Ação Indenizatória Referente à de Serviços de Custódia - prestados pelo Banco Santander em fase pericial e ainda sem sentença proferida.

11. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 9.090.909.090 (nove bilhões, noventa milhões, novecentos e nove mil e noventa) ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requer a aprovação dos acionistas.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	31/03/2024			Em Milhares de Ações		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	117.922	143.652	261.574	124.804	150.621	275.425
De Domiciliados no Exterior	3.700.773	3.536.184	7.236.957	3.693.891	3.529.215	7.223.106
Total	3.818.695	3.679.836	7.498.531	3.818.695	3.679.836	7.498.531
(-) Ações em Tesouraria	(18.317)	(18.317)	(36.634)	(27.193)	(27.193)	(54.386)
Total em Circulação	3.800.378	3.661.519	7.461.897	3.791.502	3.652.643	7.444.145

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Os dividendos foram calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

A seguir, apresentamos a distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio efetuadas em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

	Em milhares de Reais	Reais por Milhares de Ações/Units					
		Bruto			Líquido		
		Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Juros sobre o Capital Próprio (1)(2)	1.500.000	191,84	211,02	402,86	163,06	179,37	342,43
Total	1.500.000						

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 11 de janeiro de 2024, pagos no dia 08 de fevereiro de 2024, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2024.

	Em milhares de Reais	Reais por Milhares de Ações/Units					
		Bruto			Líquido		
		Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Juros sobre o Capital Próprio (1)(5)	1.700.000	217,92	239,71	457,63	185,23	203,75	388,98
Juros sobre o Capital Próprio (2)(5)	1.500.000	192,03	211,23	403,26	163,22	179,55	342,77
Juros sobre o Capital Próprio (3)(5)	1.500.000	192,07	211,28	403,35	163,26	179,58	342,84
Juros sobre o Capital Próprio (4)(5)	1.120.000	143,42	157,76	301,18	121,91	134,10	256,00
Dividendos (4)(5)	380.000	48,66	53,53	102,19	48,66	53,53	102,19
Total	6.200.000						

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 19 de janeiro de 2023, pagos no dia 06 de março de 2023, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 13 de abril de 2023, pagos no dia 15 de maio de 2023, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 13 de julho de 2023, pagos no dia 16 de agosto de 2023, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(4) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de outubro de 2023, pagos no dia 10 de novembro de 2023, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(5) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2023

c) Reservas de Lucro

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas de Capital

As reservas de capital do Banco são compostas de: reserva de ágio por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

Reserva para Equalização de Dividendos

Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

d) Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 24 de janeiro de 2024, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou na mesma data, novo programa de recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrange a aquisição de até 36.205.005 Units, representativas de 36.205.005 ações ordinárias e 36.205.005 ações preferenciais, que correspondiam, em 31 de dezembro de 2023, a aproximadamente 1% do capital social do Banco. Em 31 de dezembro de 2023, o Banco Santander possuía 348.147.839 ações ordinárias e 375.952.252 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 18 meses contados a partir de 06 de fevereiro de 2024, encerrando-se em 06 de agosto de 2025.

		Em Milhares de Ações	
		31/03/2024	31/12/2023
		Quantidade	Quantidade
		Units	Units
Ações em Tesouraria no Início do Período		27.192	31.161
Aquisições de Ações		1.180	1.272
Alienações - Remuneração Baseado em Ações		(10.056)	(5.241)
Ações em Tesouraria no Final do Período		18.316	27.192
Sub-Total de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$	851.504	1.105.012
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R\$	1.771	1.771
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$	853.275	1.106.783
Custo/Cotação da Ação		Units	Units
Custo Mínimo (*)	R\$	7,55	7,55
Custo Médio Ponderado (*)	R\$	27,46	27,62
Custo Máximo (*)	R\$	49,55	49,55
Cotação da Ação	R\$	28,52	31,00

(*) Considerando desde o início das operações em bolsa.

12. Impostos sobre a renda

O total dos impostos sobre a renda do período de seis meses é conciliado com o lucro contábil como segue:

	01/01 a 31/03/2024	01/01 a 31/03/2023
Resultado Operacional antes da tributação	4.416.906	2.722.370
Alíquota (25% de Imposto de Renda e 20% de Contribuição Social)	(1.987.608)	(1.225.066)
PIS e COFINS (líquidos de Imposto de Renda e Contribuição Social) (1)	(951.423)	(909.174)
Não tributável / não dedutível:		
Equivalência patrimonial	28.619	25.977
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis (2)	319.957	310.591
Ajustes:		
Constituição de IR/CS sobre diferenças temporárias	(26.953)	(22.444)
Juros sobre o capital próprio	625.479	678.368
Efeito de diferencial de Alíquota de CSLL (3)	172.928	242.635
Outros ajustes	463.023	1.224.215
Impostos sobre a renda	(1.355.978)	325.101
Sendo:		
Impostos correntes	(2.365.907)	(1.330.059)
Impostos diferidos	1.009.929	1.655.160

(1) PIS e COFINS são considerados como componentes da base de lucro (base líquida de determinadas receitas e despesas); portanto, e de acordo com o IAS 12, são contabilizados como impostos sobre a renda.

(2) Inclui, principalmente, o efeito fiscal sobre receitas com atualizações de depósitos judiciais e outras receitas e despesas que não se enquadram como diferenças temporárias.

(3) Efeito do diferencial de alíquota para as demais empresas não financeiras e financeiras, as quais as alíquotas de contribuição social são de 9% e 15%.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Os impostos pagos incluem R\$ 351.530 referentes à PIS e COFINS (31/03/2023 – R\$ 597.549) e R\$ 1.797.506 referentes à Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (31/03/2023 – R\$ 1.439.973).

13. Detalhamento de contas de resultado

a) Despesas com Pessoal

	01/01 a 31/03/2024	01/01 a 31/03/2023
Remuneração direta	1.790.286	1.620.035
Encargos	430.569	385.430
Benefícios	419.505	391.837
Planos de pensão de benefício definido	1.567	1.453
Contribuições aos fundos de pensão de contribuição definida	96.410	74.345
Remuneração baseada em ações (1)	61.080	9.662
Treinamento	18.501	20.414
Outras despesas de pessoal	108.897	162.858
Total	2.926.815	2.666.034

(1) O crescimento refere-se a provisão do bônus referenciado em ações.

b) Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/03/2024	01/01 a 31/03/2023
Imóveis, instalações e materiais	223.787	204.622
Tecnologia e sistemas	573.667	572.994
Publicidade	120.839	163.064
Comunicações	90.567	71.933
Ajudas de custo e despesas de viagem	44.449	34.354
Tributos exceto imposto sobre a renda	25.795	29.654
Serviços de vigilância e transporte de valores	124.305	138.901
Prêmios de seguros	5.928	10.240
Serviços técnicos especializados	505.031	552.323
Outras despesas administrativas	340.955	323.007
Total	2.055.323	2.101.092

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

14. Plano de Benefícios a Funcionários**a) Remuneração com Base em Ações**

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração, cuja escolha leva em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos quando exercerem cargos na Diretoria Executiva.

Programa	Tipo de Liquidação	Período de Vesting	Período de Exercício/ Liquidação		01/01 a 31/03/2024	01/01 a 31/03/2023
		01/2021 a 10/2024	2024	R\$	12.270.000 (1)	R\$ 23.490.000 (1)
		01/2021 a 12/2023	2023	R\$	- (1)	R\$ 1.500.000 (1)
		01/2023 a 12/2025	2026	R\$	750.000	-
		01/2024 a 12/2027	2024	R\$	1.050.000	-
Locais	Ações do Santander (Brasil)	01/2020 a 09/2023	2023		- SANB11	214.164 SANB11
		01/2021 a 12/2022	2023		- SANB11 (1)	139.163 SANB11
		01/2021 a 12/2023	2024		- SANB11	343.863 SANB11
		01/2021 a 12/2024	2024		207.518 SANB11	217.291 SANB11
		01/2022 a 12/2025	2025		91.456 SANB11	84.326 SANB11
		01/2024 a 12/2027	2025		9.876 SANB11	- SANB11
		2023		EUR 3,67	- Ações Globais (2)	159.253 Ações Globais (2)
		2023, com limite para exercício das opções até 2030			420.394 Opções ações Globais (3)	832.569 Opções ações Ações Globais (3)
		02/2024		EUR 2,685	101.288 Ações Globais (3)	124.184 Ações Globais (3)
		02/2024, com limite para exercício das opções até 02/2029			302.170 Opções ações Globais (3)	370.477 Opções ações Ações Globais (3)
		2025		EUR 3,104	95.786 Ações Globais (3)	150.703 Ações Globais (3)
		2025, com limite para exercício das opções até 2030			367.827 Opções ações Globais (3)	578.713 Opções ações Ações Globais (3)
		2026		EUR 3,088	199.680 Ações Globais (3)	199.680 Ações Globais (3)
		2026, com limite para exercício das opções até 2033			537.637 Opções ações Globais (3)	537.637 Opções ações Ações Globais (3)
		2027, com limite para exercício das opções até 2032		R\$	9.095.000 Ações e opções ações Globais (4)	-
		2028, com limite para exercício das opções até 2033		R\$	1.898.813 Ações e opções ações Globais (4)	-
		12/2024, com pagamento em 2025			50.419 SANB11	-
		12/2025, com pagamento em 2026			70.346 SANB11	-
				R\$	14.070.000 (1)	R\$ 24.990.000 (1)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Saldo dos Planos em 31 de março de 2024

429.616 Ações SANB11	998.807 Ações SANB11
396.754 Ações Globais (3)	633.820 Ações Globais (3)
1.628.028 Opções ações Ações Globais (3)	2.319.396 Opções ações Ações Globais (3)

(1) Target do plano em Reais, a ser convertido em ações SANB11 de acordo com o atingimento dos indicadores de performance do plano ao final do período de vesting, pela cotação dos últimos 15 pregões do mês imediatamente anterior ao mês de pagamento.

(2) Plano finalizado, pago em Fev/2023.

(3) Target do plano em ações e opções SAN, liquidados em dinheiro com venda dos ativos ao final do período de vesting, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.

(4) Target do plano em ações e opções PagoNxt, a serem pagos em dinheiro ao final do período de vesting, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.

Nossos programas de longo prazo estão divididos em planos Locais e Globais, com indicadores de performance específicos e regras em hipótese de desligamento para ter direito ao recebimento.

Planos Globais de ILP (Incentivo a Longo Prazo)

Atualmente, temos 4 planos globais lançados em 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023. Os executivos elegíveis possuem incentivo com target em ações e opções do globais, com pagamento após um período de diferimento mínimo de três anos e liquidação do valor da venda dos ativos em reais.

Modelo de Precificação

O modelo de precificação é baseado no modelo de Volatilidade Local ou modelo de Dupire, que permite a calibração simultânea de todas as opções europeias cotadas. Além deste modelo existe uma extensão para lidar com a incerteza nos dividendos, onde parte do valor do dividendo é considerado confirmado, e o restante está ligado ao desempenho do subjacente. Este modelo estendido está integrado em um motor PDE, que resolve numericamente a equação diferencial estocástica correspondente para calcular o valor esperado do produto.

Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco:

- O preço médio ponderado das ações (e preço de exercício) é de €3,104 com base na média ponderada de 15 dias entre 07/01/2022 e 27/01/2022
- A volatilidade esperada utilizada foi de 33,80
- As opções expiram em 01/02/2030
- Os dividendos esperados variam de aproximadamente 6,6 centavos no curto prazo (2022) a aproximadamente 5,75 centavos por ação por ano no longo prazo (2030)
- A curva de desconto utilizada dá um desconto de 0,96 para 2030

O preço de exercício, em todos os ciclos e caso atingidos os objetivos estabelecidos nos regulamentos, será o preço de mercado na data do exercício.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Planos Locais de ILP (Incentivo de Longo Prazo)

Os planos de incentivo de longo prazo poderão ser outorgados de acordo com a estratégia de novas empresas no grupo ou negócios específicos.

Cada plano terá um contrato específico e sua apuração e pagamento deverão ser aprovados pela governança estabelecida, observando resoluções normativas locais e globais.

O valor de referência de cada participante será convertido em ações SANB11, normalmente pela cotação dos últimos 15 pregões do mês imediatamente anteriores ao do pagamento do plano.

Ao final do período de *vesting* o pagamento seja das ações resultantes no caso dos planos locais, seja do valor equivalente às ações/opções dos planos globais são realizados com restrição de 1 ano, sendo este pagamento ainda sujeito à aplicação das cláusulas de *Malus/Clawback*, que poderão reduzir ou cancelar as ações a serem entregues em casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos e em casos de falha relevante no cumprimento dos requisitos para relatórios financeiros, em conformidade com a Seção 10D, da Exchange Act (SEC), aplicável a empresas com ações listadas na NYSE.

Impacto no Resultado

Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

		Consolidado	
		01/01 a 31/03/2024	01/01 a 31/03/2023
Programa	Tipo de Liquidação		
Local	Ações do Santander (Brasil)	2.351	4.804
Global	Ações e Opções sobre Ações Globais	1.922	1.053

b) Remuneração Variável Referenciada em Ações

No plano de incentivo de longo prazo (diferimento) estão determinados os requisitos para pagamento das parcelas diferidas futuras da remuneração variável, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo, incluindo a possibilidade de aplicação de reduções ou cancelamentos em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano de remuneração variável com pagamento referenciado em ações do Banco Santander é dividido em 2 programas: (i) Coletivo Identificado e (ii) Demais Funcionários. Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Programa	Participantes	Tipo de Liquidação	01/01 a 31/03/2024	01/01 a 31/03/2023
Coletivo Identificado	Membros do Comitê Executivo, Diretores Estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos e responsáveis das áreas de controle	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11)	55.332	30.991
Demais Funcionários	Demais funcionários com remuneração variável acima de um valor mínimo estabelecido	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% instrumentos	54.595	29.051

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

15. Segmentos operacionais

De acordo com o IFRS 8, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade);
- Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho; e
- Para as quais informações financeiras distintas estejam disponíveis.

Com base nessas diretrizes, o Banco identificou os seguintes segmentos operacionais reportáveis:

- Banco Comercial
- Banco de Atacado Global

O Banco possui dois segmentos, o comercial que incluem pessoas físicas e jurídicas (exceto para clientes corporativos globais, que são tratados no segmento de Banco de Atacado Global) e o segmento de Banco de Atacado Global, que inclui as operações de Banco de Investimento e Mercados, inclusive os departamentos de tesouraria e negócios com ações.

O Banco opera no Brasil e no exterior, por intermédio da agência de Cayman e de Luxemburgo, com clientes brasileiros e, portanto, não apresenta segmentação geográfica.

As Demonstrações do Resultado e outros dados significativos são os seguintes:

	01/01 a 31/03/2024			01/01 a 31/03/2023		
Demonstração (Condensada) do Resultado	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	12.143.218	1.243.710	13.386.928	12.354.578	204.414	12.558.992
Receitas de instrumentos de patrimônio	1.815	198	2.013	2.852	1.432	4.284
Resultado de equivalência patrimonial	52.621	10.978	63.599	45.420	12.307	57.727
Receitas líquidas de tarifas e comissões	3.429.557	500.313	3.929.870	3.480.838	515.574	3.996.412
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais (1)	440.032	568.083	1.008.115	(661.989)	1.500.142	838.153
Outras receitas (despesas) operacionais	(175.424)	(36.190)	(211.614)	(210.269)	(19.595)	(229.864)
TOTAL DE RECEITAS	15.891.819	2.287.092	18.178.911	15.011.431	2.214.273	17.225.704
Despesas com pessoal	(2.675.646)	(251.169)	(2.926.815)	(2.442.887)	(223.147)	(2.666.034)
Outras despesas administrativas	(1.841.403)	(213.920)	(2.055.323)	(1.904.343)	(196.749)	(2.101.092)
Depreciação e amortização	(647.911)	(33.876)	(681.787)	(660.198)	(28.179)	(688.377)
Provisões (líquidas)	(1.109.282)	(5.860)	(1.115.142)	(1.028.104)	(7.870)	(1.035.974)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(6.753.193)	(46.176)	(6.799.369)	(7.450.950)	(601.387)	(8.052.337)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(47.724)	-	(47.724)	(31.344)	(63)	(31.407)
Outros ganhos/ (perdas) financeiros	(135.845)	-	(135.845)	71.887	-	71.887
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO (1)	2.680.815	1.736.091	4.416.906	1.565.493	1.156.877	2.722.370
Hedge Cambial (1)	76	-	76	(53)	-	(53)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO (1)	2.680.891	1.736.091	4.416.982	1.565.440	1.156.877	2.722.317

(1) Inclui, no Banco Comercial, o hedge cambial do investimento em dólar (uma estratégia para mitigar os efeitos fiscais e de variação da taxa de câmbio de investimentos offshore sobre o lucro líquido), cujo resultado está registrado em "Ganhos (perdas) sobre ativos e passivos financeiros" integralmente compensado na linha de Impostos.

	31/03/2024			31/12/2023		
Outros:	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
Total do ativo	1.034.547.813	99.577.409	1.134.125.222	1.010.503.261	105.149.515	1.115.652.776
Empréstimos e adiantamentos a clientes	455.269.178	75.841.358	531.110.536	445.085.759	72.891.376	517.977.135
Depósitos de clientes	420.589.767	153.206.790	573.796.557	425.724.599	157.495.977	583.220.576

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

16. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco incluem, além de suas controladas, afiliadas e controladas em conjunto, o pessoal-chave da Administração do Banco e entidades sobre as quais esse pessoal-chave pode exercer influência ou controle significativo.

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

a) Remuneração de pessoal-chave da Administração

Para o período de janeiro a dezembro de 2024, o montante proposto pela administração como remuneração global dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) é de até R\$ 500.000.000 (quinhentos milhões de reais), abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações. A proposta foi objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 26 de abril de 2024.

i) Benefícios de longo prazo

O Banco, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

ii) Benefícios de curto prazo

A tabela a seguir demonstra os Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	01/01 a 31/03/2024	01/01 a 31/03/2023
Remuneração Fixa	32.247	35.779
Remuneração variável - Em espécie	53.650	53.791
Remuneração variável - Em ações	44.348	49.351
Outras	26.476	15.189
Total Benefícios de Curto Prazo	156.721	154.110
Remuneração variável - Em espécie	63.288	66.389
Remuneração variável - Em ações	63.779	65.825
Total Benefícios de Longo Prazo	127.067	132.214
Total	283.788	286.324

Adicionalmente, no período findo em 31 de março de 2024, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$12.605 (31/03/2023 - R\$ 11.918).

iii) Rescisão do contrato

A extinção da relação de trabalho com os administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios poderão ser descontinuados.

b) Operações de crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

I - Diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;

II - Pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital do Banco Santander, com mais de 10%;

III - Pessoas jurídicas, cujo capital do Banco Santander participem com mais de 10%; e

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

IV - Pessoas jurídicas, cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

Acionistas	Ações				Em Milhares de Ações 31/03/2024	
	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Sterrebeeck B.V. (1)	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,3%
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.627.891	42,6%	1.539.863	41,9%	3.167.754	42,2%
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,1%	-	0,0%	2.696	0,0%
Administradores (*)	4.206	0,1%	4.205	0,1%	8.411	0,1%
Outros	356.002	9,3%	383.807	10,4%	739.809	9,9%
Total em Circulação	3.800.378	99,5%	3.661.519	99,5%	7.461.897	99,5%
Ações em Tesouraria	18.317	0,5%	18.317	0,5%	36.634	0,5%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531	100,0%
"Free Float" (2)	356.002	9,3%	383.807	10,4%	739.809	9,9%

Acionistas	Ações				Em Milhares de Ações 31/12/2023	
	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Sterrebeeck B.V. (1)	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,3%
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.627.891	42,6%	1.539.863	41,9%	3.167.754	42,2%
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,1%	-	0,0%	2.696	0,0%
Administradores (*)	3.184	0,1%	3.184	0,1%	6.368	0,1%
Outros	348.148	9,1%	375.952	10,2%	724.100	9,7%
Total em Circulação	3.791.502	99,3%	3.652.643	99,3%	7.444.145	99,3%
Ações em Tesouraria	27.193	0,7%	27.193	0,7%	54.386	0,7%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531	100,0%
"Free Float" (2)	348.148	9,1%	375.952	10,2%	724.100	9,7%

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Composto por Funcionários e Outros.

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

d) Transações com partes relacionadas

A tabela a seguir apresenta as transações ocorridas entre as empresas do grupo:

	Controladores (1)		Coligadas e de Controle Compartilhado (2)		Pessoal Chave da Administração (3)		Total	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Ativo	11.199.574	18.027.308	24.964.926	24.045.989	18.951	36.813	36.183.451	42.110.110
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo no resultado- Derivativos, posição líquida	2.824.783	4.590.150	207.850	273.338	-	-	3.032.633	4.863.488
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito - Disponibilidades e Aplicações em Moeda Estrangeira (Aplicações Overnight)	8.335.487	13.252.195	23.290.187	22.583.295	-	-	31.625.674	35.835.490
Empréstimos e adiantamentos a clientes	39.304	184.963	1.308.498	1.037.303	9.984	23.463	1.357.786	1.245.729
Outros ativos	-	-	158.391	152.053	-	-	158.391	152.053
Garantias e Limites	-	-	-	-	8.967	13.350	8.967	13.350
Passivo	(9.576.066)	(10.812.203)	(10.134.251)	(8.613.955)	(436.964)	(407.621)	(20.147.281)	(19.833.779)
Depósitos de instituições de crédito	(3.041.861)	(4.484.720)	(8.916.780)	(7.313.483)	-	-	(11.958.641)	(11.798.203)
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	-	-	(150.237)	(3.337)	(76.365)	(3.337)	(226.602)
Depósitos de clientes	-	-	(981.247)	(950.282)	(141.585)	(26.553)	(1.122.832)	(976.835)
Outros passivos financeiros - Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras obrigações	(67.846)	(211.265)	(236.224)	(199.953)	(292.042)	(304.703)	(596.112)	(715.921)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(6.466.359)	(6.116.218)	-	-	-	-	(6.466.359)	(6.116.218)
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Resultado	(166.180)	1.092.363	587.858	218.658	(280.564)	(278.160)	141.114	1.032.861
Receitas com juros e similares - Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	94.082	77.079	16.780	-	821	670	111.683	77.749
Garantias e Limites	-	-	-	-	4.971	6.192	4.971	6.192
Despesas com juros e similares	-	(6.949)	(44.947)	(64.166)	(285.249)	(285.217)	(330.196)	(356.332)
Receitas (despesas) de tarifas e comissões	(39.304)	(34.524)	1.031.433	770.352	(1.143)	111	990.986	735.939
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros e variações cambiais líquidas	(107)	1.317.123	(381.681)	(360.583)	36	84	(381.752)	956.624
Despesas administrativas e amortização	(67.846)	(43.191)	(30.677)	(123.590)	-	-	(98.523)	(166.781)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(153.005)	(217.175)	-	-	-	-	(153.005)	(217.175)
Outras despesas administrativas - Despesas com Doações	-	-	(3.050)	(3.355)	-	-	(3.050)	(3.355)

(1) Controlador - O Banco Santander é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (Nota 1), através das subsidiárias GES e Sterrebeeck B.V.

(2) Empresas relacionadas na nota 5.

(3) Refere-se ao registro em contas de compensação das Garantias e Limites de operações de crédito com Pessoal Chave da Administração.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

17. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Segundo o IFRS 13, a mensuração do valor justo utilizando uma hierarquia de valor justo que reflita o modelo utilizado no processo de mensuração, deve estar de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações, derivativos listados.

Nível 2: São os derivativos de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

Ativos e Passivos Financeiros mensurados a valor justo no resultado ou por meio de Outros Resultados Abrangentes

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Públicos (compromissada, LCI Cancelável e NTN) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível.

Nível 3: Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Banco Santander utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos. No nível 3 são classificados, principalmente, Instrumentos de baixa de liquidez.

Derivativos

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente swaps e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado.

No apreamento dos instrumentos financeiros mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de Black-Scholes (opções de taxa de câmbio, opções de índice de taxa de juros, caps e floors) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, incluindo derivativos exóticos.

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros no período findo em 31 de março de 2024 e de 31 de dezembro de 2023, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar seu valor justo.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

				31/03/2024
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	89.495.703	125.985.614	3.979.808	219.461.125
Instrumentos de dívida	86.500.152	8.630.071	1.411.712	96.541.935
Instrumentos de patrimônio	2.995.551	996.542	34.840	4.026.933
Derivativos	-	27.570.990	1.664.965	29.235.955
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	2.923.536	868.291	3.791.827
Reservas no Banco Central do Brasil	-	85.864.475	-	85.864.475
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	54.050.870	1.690.713	2.406.250	58.147.833
Instrumentos de dívida	54.045.273	1.690.713	2.394.830	58.130.816
Instrumentos de patrimônio	5.597	-	11.420	17.017
Derivativos utilizados como hedge (ativos)	-	23.597	-	23.597
Passivos Financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	65.244.293	819.995	66.064.288
Derivativos	-	24.560.614	819.995	25.380.609
Posições vendidas	-	35.829.061	-	35.829.061
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários	-	4.759.655	-	4.759.655
Outros Passivos Financeiros	-	94.963	-	94.963
Derivativos utilizados como hedge (passivos)	-	5.088	-	5.088

				31/12/2023
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	76.857.391	125.495.820	6.568.685	208.921.896
Instrumentos de dívida	74.213.933	6.115.373	3.961.886	84.291.192
Instrumentos de patrimônio	2.643.458	743.991	34.705	3.422.154
Derivativos	-	27.450.135	1.819.517	29.269.652
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	2.288.135	752.577	3.040.712
Reservas no Banco Central do Brasil	-	88.898.186	-	88.898.186
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	54.822.917	1.618.535	2.610.638	59.052.090
Instrumentos de dívida	54.818.332	1.618.535	2.599.270	59.036.137
Instrumentos de patrimônio	4.585	-	11.368	15.953
Derivativos utilizados como hedge (ativos)	-	25.069	-	25.069
Passivos Financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	48.667.180	914.261	49.581.441
Derivativos	-	22.849.596	914.261	23.763.857
Posições vendidas	-	19.831.991	-	19.831.991
Outros Passivos Financeiros	-	5.985.593	-	5.985.593
Derivativos utilizados como hedge (passivos)	-	1.176.571	-	1.176.571

Movimentações de Valor Justo de Nível 3

As tabelas a seguir demonstram as movimentações ocorridas durante os períodos de 31 de março de 2024 de 2023 para os ativos e passivos financeiros classificados como Nível 3 na hierarquia do valor justo:

	Total de Ganhos ou Perdas				Valor Justo 31/03/2024
	Valor Justo 31/12/2023	(Realizado/não Realizado)	Transferências no e/ ou Fora do Nível 3	Adições/ (Baixas)	
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	6.568.685	436.693	(2.628.260)	(397.310)	3.979.808
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	2.610.638	(12.302)	(192.086)	-	2.406.250
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação	914.261	(171.288)	91.504	(14.482)	819.995

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Total de Ganhos ou Perdas		Transferências no e/ ou Fora do Nível 3	Adições/ (Baixas)	Valor Justo 31/12/2023
	Valor Justo 31/12/2022	(Realizado/não Realizado)			
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	3.652.114	(50.682)	1.093.895	1.873.358	6.568.685
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	1.503.441	30.764	1.090.459	(14.026)	2.610.638
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação	233.762	(109.800)	384.082	406.217	914.261

Movimentações de valor justo atreladas a risco de crédito

As variações no valor justo atribuíveis a mudanças no risco de crédito são determinadas com base nas variações dos preços de credit default swaps comparados com obrigações semelhantes do mesmo devedor quando tais preços são observáveis, visto que esses credit default swaps refletem melhor a avaliação do mercado dos riscos de crédito para um ativo financeiro específico. Quando referidos preços não são observáveis, as variações do valor justo atribuíveis a mudanças no risco de crédito são determinadas como o valor total das variações no valor justo não atribuíveis a mudanças na taxa básica de juros ou em outras taxas de mercado observadas. Na ausência de dados observáveis específicos, esta abordagem fornece uma aproximação razoável das mudanças atribuíveis ao risco de crédito, pois estima a mudança de margem acima do valor de referência que o mercado poderá exigir para o ativo financeiro.

Ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Os ativos financeiros do Banco são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado, exceto ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

No mesmo sentido, os passivos financeiros do Banco exceto os passivos financeiros para negociação e os mensurados ao valor justo - são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial consolidado.

i) Ativos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

Abaixo apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o seu valor justo e seus respectivos valores justos em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

Ativo	Valor Contábil	Valor Justo	31/03/2024		
			Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações no mercado aberto	21.136.129	21.136.129	21.136.129	-	-
Ativos financeiros ao custo amortizado:					
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	25.442.680	25.442.680	-	3.435.510	22.007.170
Empréstimos e adiantamentos a clientes	527.318.709	525.921.131	-	-	525.921.131
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - Instrumentos de dívida	95.870.626	96.634.667	35.396.368	4.657.308	56.580.991
Reservas no Banco Central do Brasil	84.105.863	84.105.863	-	84.105.863	-
Total	753.874.007	753.240.470	56.532.497	92.198.681	604.509.292

Ativo	Valor Contábil	Valor Justo	31/12/2023		
			Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações no mercado aberto	23.122.550	23.122.550	23.122.550	-	-
Ativos financeiros ao custo amortizado:					
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	25.716.845	25.716.845	-	2.980.557	22.736.288
Empréstimos e adiantamentos a clientes	514.936.423	514.905.503	-	-	514.905.503
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - Instrumentos de dívida	101.087.321	102.199.262	35.646.863	4.033.706	62.518.693
Reservas no Banco Central do Brasil	81.969.532	81.969.532	-	81.969.532	-
Total	746.832.671	747.913.692	58.769.413	88.983.795	600.160.484

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

ii) Passivos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

Passivo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	31/03/2024
					Nível 3
Passivos financeiros ao custo amortizado:					
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	119.279.652	119.279.652	-	17.515.778	101.763.874
Depósitos de clientes	573.796.557	573.215.619	-	90.573.555	482.642.064
Obrigações por títulos e valores mobiliários	126.917.436	127.850.131	-	-	127.850.131
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	20.394.912	20.394.912	-	-	20.394.912
Outros passivos financeiros	73.579.221	73.579.221	-	-	73.579.221
Total	913.967.778	914.319.535	-	108.089.333	806.230.202

Passivo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	31/12/2023
					Nível 3
Passivos financeiros ao custo amortizado:					
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	118.511.957	118.511.957	-	21.632.841	96.879.116
Depósitos de clientes	583.220.576	582.530.160	-	97.165.180	485.364.980
Obrigações por títulos e valores mobiliários	124.397.422	124.265.003	-	-	124.265.003
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	19.626.967	19.626.967	-	-	19.626.967
Outros passivos financeiros	64.793.584	64.793.584	-	-	64.793.584
Total	910.550.506	909.727.671	-	118.798.021	790.929.650

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

Empréstimos e outros valores com instituições de crédito e com clientes – O valor justo é estimado por grupos de operações de créditos similares. O valor justo dos empréstimos foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa utilizando as taxas de juros dos novos contratos. Ou seja, o fluxo de caixa futuro da carteira de crédito atual é estimado com base nas taxas contratuais, e, em seguida, os spreads com base nos novos empréstimos são incorporados para a curva de juros livre de risco, a fim de calcular o valor justo da carteira de crédito. Em termos de hipóteses de comportamento, é importante sublinhar que a taxa de pré-pagamento é aplicada à carteira de crédito.

Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito e de clientes – O valor justo dos depósitos foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares. O valor justo dos depósitos a prazo com taxa variável foi considerado como próximo ao seu valor contábil.

Obrigações por títulos e valores mobiliários – Os valores justos destes itens foram estimados por meio do cálculo de fluxo de caixa descontado através das taxas de juros oferecidas no mercado a obrigações com prazos e vencimentos similares.

Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital – referem-se à transação integralmente pactuada com parte relacionada, no contexto do Plano de Otimização do Capital, cujo valor contábil é similar ao valor justo.

Outros passivos financeiros – conforme nota explicativa, incluem substancialmente valores a repassar decorrentes das operações de cartões de crédito, transações pendentes de liquidação e dividendos e juros sobre capital próprio a pagar, cujo valor contábil é similar ao seu valor justo.

As técnicas de avaliação utilizadas para a estimativa de cada nível estão definidas na nota 1.c.2.1.i.

A Administração revisitou os critérios atribuídos para classificação do nível do valor justo de ativos e passivos mensurados ao custo amortizado, apresentados exclusivamente para fins de divulgação e concluiu que melhor se enquadram como nível 3 face aos dados observáveis de mercado.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

18. Outras Divulgações

a) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os principais fatores de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de câmbio, taxas de juros e renda variável. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos gaps de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco Santander nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de grande volatilidade.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações de preço de mercado. O valor justo dos swaps é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares àquelas descritas para swaps. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como Black & Scholes, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

I) Resumo dos Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento, demonstrado pelo seu valor de mercado:

	31/03/2024		31/12/2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Swap - Diferencial a Receber	10.668.826	10.459.145	12.360.719	13.226.716
Prêmios de Opções a Exercer	2.472.865	2.329.913	2.635.506	2.685.361
Contratos a Termo e Outros	16.117.861	12.596.639	14.298.496	9.028.351
Total	29.259.552	25.385.697	29.294.721	24.940.428

II) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

Negociação	31/03/2024			31/12/2023		
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
	Referencial (1)	da Curva	Justo	Referencial (1)	da Curva	Justo
Swap	766.500.651	(1.737.605)	209.681	811.921.799	(1.927.123)	(865.997)
Ativo	381.084.196	7.145.076	10.668.826	402.812.781	9.193.215	12.360.719
Juros	183.725.876	4.251.120	5.262.396	188.604.258	5.054.833	6.383.261
Moeda Estrangeira	195.919.120	2.893.083	5.405.749	212.970.458	4.136.463	5.977.193
Outros	1.439.200	873	681	1.238.065	1.919	265
Passivo	385.416.455	(8.882.681)	(10.459.145)	409.109.018	(11.120.338)	(13.226.716)
Juros	261.309.144	(7.881.581)	(8.163.543)	262.437.458	(9.117.639)	(9.680.343)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Moeda Estrangeira	120.903.128	(894.893)	(1.979.294)	143.788.702	(1.907.489)	(3.332.851)
Outros	3.204.183	(106.207)	(316.308)	2.882.857	(95.211)	(213.522)
Opções	593.495.673	(918.294)	142.952	857.662.210	(1.112.873)	(49.854)
Compromissos de Compra	287.747.908	2.136.262	2.472.865	419.095.675	2.252.815	2.635.506
Opções de Compra Moeda Estrangeira	9.702.468	540.592	271.653	7.711.827	497.534	426.074
Opções de Venda Moeda Estrangeira	5.209.000	391.342	403.821	5.326.447	408.144	489.785
Opções de Compra Outras	30.156.296	611.776	1.278.532	89.142.771	661.536	1.183.084
Mercado Interfinanceiro	3.833.149	265.322	907.052	3.729.452	217.219	265.824
Outras (2)	26.323.147	346.454	371.480	85.413.319	444.318	917.261
Opções de Venda Outras	242.680.144	592.552	518.859	316.914.629	685.600	536.563
Mercado Interfinanceiro	160.954	51.276	43.056	543.157	46.852	30.439
Outras (2)	242.519.190	541.276	475.803	316.371.471	638.748	506.124
Compromissos de Venda	305.747.765	(3.054.556)	(2.329.913)	438.566.535	(3.365.688)	(2.685.361)
Opções de Compra Moeda Estrangeira	4.295.916	(305.821)	(228.067)	3.453.152	(288.349)	(466.324)
Opções de Venda Moeda Estrangeira	5.717.815	(303.653)	(309.595)	4.642.411	(288.799)	(431.952)
Opções de Compra Outras	38.605.632	(1.843.442)	(1.176.025)	113.106.162	(2.029.924)	(999.258)
Mercado Interfinanceiro	17.707.308	(1.553.226)	(1.002.425)	17.295.280	(1.479.724)	(710.121)
Outras (2)	20.898.324	(290.216)	(173.600)	95.810.882	(550.201)	(289.137)
Opções de Venda Outras	257.128.402	(601.640)	(616.226)	317.364.811	(758.616)	(787.826)
Mercado Interfinanceiro	232.033	(35.147)	(89.175)	370.221	(24.912)	(23.004)
Outras (2)	256.896.369	(566.493)	(527.051)	316.994.590	(733.703)	(764.822)
Contratos de Futuros	365.818.358	-	-	325.170.914	-	-
Posição Comprada	183.805.119	-	-	164.682.752	-	-
Cupom Cambial (DDI)	55.290.167	-	-	41.331.942	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	78.315.614	-	-	48.254.715	-	-
Moeda Estrangeira	50.007.617	-	-	68.838.058	-	-
Índice (3)	191.721	-	-	5.269.712	-	-
Treasury Bonds/Notes	-	-	-	988.325	-	-
Posição Vendida	182.013.239	-	-	160.488.162	-	-
Cupom Cambial (DDI)	55.290.167	-	-	41.331.942	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	78.966.996	-	-	48.339.061	-	-
Moeda Estrangeira	47.564.355	-	-	64.559.123	-	-
Índice (3)	191.721	-	-	5.269.712	-	-
Treasury Bonds/Notes	-	-	-	988.325	-	-
Contratos a Termo e Outros	340.414.380	1.810.583	3.521.222	331.009.278	3.288.881	5.270.142
Compromissos de Compra	171.438.173	3.209.982	16.117.861	167.191.252	17.249.113	14.298.496
Moedas	135.137.727	2.359.820	2.869.672	134.610.617	17.042.331	4.932.719
Outros	36.300.446	850.162	13.248.189	32.580.636	206.782	9.365.777
Compromissos de Venda	168.976.207	(1.399.399)	(12.596.639)	163.818.026	(13.960.232)	(9.028.351)
Moedas	133.816.648	(1.038.741)	(1.149.205)	130.779.288	(13.211.003)	(1.766.190)
Outros	35.159.559	(360.658)	(11.447.434)	33.038.737	(749.229)	(7.262.161)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

- (1) Valor nominal dos contratos atualizados.
 (2) Inclui opções de índices, sendo principalmente, opções que envolvem US Treasury, ações e índices de ações.
 (3) Inclui índices Bovespa e S&P.

III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte, Abertura por Vencimento e Mercado de Negociação

				31/03/2024		Abertura por Vencimento 31/03/2024			Valor Referencial Mercado de Negociação 31/03/2024	
				Contraparte 31/12/2023						
	Cientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras (1)	Total	Total	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Bolsas (2)	Balcão (3)
Swap	186.812.940	234.907.204	344.780.507	766.500.651	811.921.799	70.996.770	183.353.037	512.150.844	88.669.020	677.831.631
Opções	37.995.450	2.623.566	552.876.657	593.495.673	857.662.210	34.340.964	501.860.099	57.294.610	513.561.309	79.934.364
Contratos de Futuros	-	-	365.818.358	365.818.358	325.170.914	319.781.995	29.093.267	16.943.096	365.818.358	-
Contratos a Termo e Outros	169.461.046	114.919.651	56.033.683	340.414.380	331.009.278	187.614.277	108.225.821	44.574.282	22.447.355	317.967.025

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e outras bolsas de valores e mercadorias.

(2) Inclui valores negociados na B3.

(3) É composto por operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen.

IV) Hedge Contábil

O Banco no curso normal de suas operações, fica exposto à riscos de mercado que geram assimetrias contábeis ou volatilidade em seu resultado contábil. Para eliminar essas assimetrias ou reduzir a volatilidade, o Banco utiliza contratos de instrumentos financeiros derivativos (Swap e Futuros) e que são designados a estruturas de Hedge Contábil de valor justo ou de fluxo de caixa.

IV.I) Hedge de Valor Justo

A estratégia de hedge de valor justo do Banco tem o objetivo de proteger o valor justo de ativos e passivos, decorrentes de oscilação na taxa de juros referencial (CDI, SELIC, SOFR); na oscilação de moedas (Risco Cambial) e/ou na oscilação de índice de preços (IPCA, etc). O Banco acompanha cada estrutura de hedge avaliando sua eficácia conforme determina o IAS 39.

Estratégias	Ajuste a Valor Justo		Valor Contábil		Curva		31/03/2024
	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	
Hedge de Valor Justo							
Contratos de Swap	217.473	239.498	226.121	237.730	8.648	(1.768)	
Hedge de Operações de Crédito	217.473	239.498	226.121	237.730	8.648	(1.768)	
Contratos de Futuros	23.957.385	27.479.024	20.787.625	27.490.503	(3.169.760)	11.479	
Hedge de Operações de Crédito	8.676.140	14.675.477	8.058.659	14.676.711	(617.481)	1.234	
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	2.732.312	2.966.734	2.717.316	2.973.316	(14.996)	6.582	
Hedge de Captações	12.548.933	9.836.813	10.011.650	9.840.476	(2.537.283)	3.663	

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Estratégias	Ajuste a Valor Justo		Valor Contábil		Curva		31/12/2023
	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	
	Hedge de Valor Justo						
Contratos de Swap	272.805	288.766	410.884	472.134	138.079		183.368
Hedge de Operações de Crédito	272.805	288.766	410.884	472.134	138.079		183.368
Contratos de Futuros	28.817.259	25.701.246	25.281.294	25.845.754	(3.535.965)		144.508
Hedge de Operações de Crédito	15.593.616	12.759.016	13.303.537	15.256.030	(2.290.079)		2.497.014
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	579.793	2.496.723	1.203.542	1.006.921	623.749		(1.489.802)
Hedge de Captações	12.643.850	10.445.507	10.774.215	9.582.803	(1.869.635)		(862.704)

(1) Valores credores se referem à operações ativas e operações devedoras à operações passivas.

Estratégias	31/03/2024			31/12/2023	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Hedge de Valor Justo					
Contratos de Swap	-	-	239.498	239.498	288.766
Hedge de Operações de Crédito	-	-	239.498	239.498	288.766
Contratos de Futuros	4.164.460	6.558.285	16.756.279	27.479.024	25.701.246
Hedge de Operações de Crédito	4.164.460	4.784.562	5.726.455	14.675.477	12.759.016
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	185.581	2.781.153	2.966.734	2.496.723
Hedge de Captações	-	1.588.142	8.248.671	9.836.813	10.445.507

IV.II) Hedge de Fluxo de Caixa

As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Banco consistem em hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição à taxa de câmbio, que são atribuíveis às alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos.

Em hedges de fluxo de caixa a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica "Outros Resultados Abrangentes – hedges de fluxo de caixa" até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida nas demonstrações consolidadas do resultado, exceto, se as transações previstas resultem no reconhecimento de ativos ou passivos não financeiros, essa parcela será incluída no custo do ativo ou passivo financeiro.

Estrutura de Hedge	31/03/2024	31/12/2023
	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Efetiva Acumulada
Cash Flow Hedge		
CDB	(95.210)	(69.919)
Total	(95.210)	(69.919)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

							31/03/2024
Estratégias	Ajuste a Valor Justo		Valor Contábil		Curva		
	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	
Hedge de Fluxo de Caixa							
Contratos de Futuros	18.158.062	19.046.355	19.692.159	18.923.523	1.534.097	(122.832)	
Hedge de Operações de Crédito	1.051.041	2.515.704	1.076.679	2.490.314	25.638	(25.390)	
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	9.784.438	8.363.643	9.739.580	8.280.803	(44.858)	(82.840)	
Hedge de Captações	7.322.583	8.167.008	8.875.900	8.152.406	1.553.317	(14.602)	

							31/12/2023
Estratégias	Ajuste a Valor Justo		Valor Contábil		Curva		
	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	
Hedge de Fluxo de Caixa							
Contratos de Swap	13.176.910	10.807.983	12.712.510	10.260.273	(464.400)	(547.710)	
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	13.176.910	10.807.983	12.712.510	10.260.273	(464.400)	(547.710)	
Contratos de Futuros	24.612.842	18.630.833	23.285.729	19.024.696	(1.327.113)	393.863	
Hedge de Operações de Crédito	7.619.634	2.431.537	4.514.260	2.433.675	(3.105.374)	2.138	
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	9.525.807	8.228.328	9.990.858	8.523.016	465.051	294.688	
Hedge de Captações	7.467.401	7.970.968	8.780.611	8.068.005	1.313.210	97.037	

(*) O Banco possui estratégias de hedge de fluxo de caixa, cujos objetos são ativos de sua carteira, razão pela qual demonstramos a ponta passiva dos respectivos instrumentos. Para as estruturas cujos instrumentos são futuros, demonstramos o saldo do notional, registrado em conta de compensação.

(1) Valores credores se referem a operações ativas e operações devedoras à operações passivas.

					31/03/2024	31/12/2023
Estratégias	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total	
Hedge de Fluxo de Caixa						
Contratos de Swap	-	-	-	-		(547.710)
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-		(547.710)
Contratos de Futuros	-	13.792.244	5.254.111	19.046.355		393.863
Hedge de Operações de Crédito	-	2.515.704	-	2.515.704		2.138
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	3.109.532	5.254.111	8.363.643		294.688
Hedge de Captações	-	8.167.008	-	8.167.008		97.037

No Banco e no Consolidado, o efeito da marcação a mercado dos contratos de swap e futuros ativos foi liquidado em 31/12/2023 (o valor em 31/12/2023 - R\$ 337).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

V) Informações sobre Derivativos de Crédito

O Banco Santander utiliza derivativos de crédito com os objetivos de realizar gestão de risco de contraparte e atender demandas de seus clientes, realizando operações de compra e venda de proteção através de credit default swaps e total return swaps, prioritariamente relacionados a títulos com risco soberano brasileiro.

Total Return Swaps – TRS

São derivativos de crédito onde ocorre a troca do retorno da obrigação de referência por um fluxo de caixa e nos quais, na ocorrência de um evento de crédito, usualmente o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor atualizado e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato.

Credit Default Swaps – CDS

São derivativos de crédito onde, na ocorrência de um evento de crédito, o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato. Em contrapartida, o vendedor recebe uma remuneração pela venda da proteção.

Abaixo, composição da carteira de Derivativos de Crédito demonstrada pelo seu valor referencial e efeito no cálculo do Patrimônio Líquido Exigido (PLE).

	31/03/2024		Valor Nominal 31/12/2023	
	Risco Retido - Swap de Taxa de Retorno Total	Risco Transferido - Swap de Crédito	Risco Retido - Swap de Taxa de Retorno Total	Risco Transferido - Swap de Crédito
Swap de Créditos	3.567.211	11.230.648	3.456.614	10.293.916
Total	3.567.211	11.230.648	3.456.614	10.293.916

Durante o semestre não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previsto nos contratos.

	31/03/2024		31/12/2023	
Futuros - Brutos	Acima de 12 Meses	Total	Acima de 12 Meses	Total
Por Instrumento: CDS	14.797.859	14.797.859	13.750.530	13.750.530
Por Classificação de Risco: Abaixo do Grau de Investimento	14.797.859	14.797.859	13.750.530	13.750.530
Por Entidade de Referência: Governo Brasileiro	14.797.859	14.797.859	13.750.530	13.750.530

VI) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta por títulos públicos federais.

	31/03/2024	31/12/2023
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	21.538.260	20.960.140
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.703.058	2.122.045
Notas do Tesouro Nacional - NTN	4.742.665	4.988.403
Total	28.983.983	28.070.588

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b) Instrumentos financeiros - Análise de sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação (Trading Book) e carteira bancária (Banking Book), conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Banco Central do Brasil. A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação. A carteira banking consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais hedges. Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e bancária.

O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Resolução CVM nº 2/20, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições do Banco.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira banking, para cada um dos cenários das carteiras do dia 31 de março de 2024.

Carteira Negociação		Consolidado		
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(13.405)	(337.118)	(674.235)
Cupom de taxa de juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(89)	(1.431)	(2.863)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de cupons de índices de preços	(5.482)	(20.561)	(41.121)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de dólar	(908)	(8.112)	(16.223)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à variação das Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(1.034)	(8.779)	(17.558)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(1.018)	(25.441)	(50.882)
Eurobond/Treasury/Global	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de juros de papéis negociando no mercado internacional	(1.907)	(17.516)	(35.031)
Ações e índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(370)	(9.256)	(18.511)
Commodities	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Mercadorias (Commodities)	(114)	(2.850)	(5.701)
Total (1)		(24.327)	(431.064)	(862.125)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas);

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Carteira Banking		Consolidado		
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(65.699)	(1.894.602)	(4.317.017)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(28.261)	(796.939)	(1.729.588)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(34.362)	(466.449)	(867.745)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(5.351)	(124.423)	(236.994)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(1.489)	(21.905)	(43.876)
Taxa de Juros Mercado Internacional	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(32.862)	(543.739)	(1.138.531)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	1.158	28.941	57.881
Total (1)		(166.866)	(3.819.116)	(8.275.870)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais calculados com base nas informações consolidadas das instituições.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas);

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

c) Fundos geridos e administrados não registrados no balanço

O Conglomerado Santander tem fundos sob gestão, em que não possui participação significativa, não atua como "principal" e não detém cotas desses Fundos. Baseado na relação contratual que rege a gestão de tais fundos, os terceiros que detêm a participação acionária são aqueles que estão expostos, ou tem direitos, a retornos variáveis e têm a capacidade de afetar esses retornos mediante o poder decisório. Ademais, o Banco, como gestor dos fundos, atua na análise de regime de remuneração, que são proporcionais ao serviço prestado e, portanto, atua como "principal".

Os fundos administrados pelo Conglomerado Santander não registrados no balanço são os seguintes:

	31/03/2024	31/12/2023
Fundos sob gestão	8.131.218	11.871.919
Fundos administrados	299.185.333	291.736.828
Total	307.316.551	303.608.747

d) Títulos e valores mobiliários de terceiros sob custódia

Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o Banco mantinha sob custódia títulos de dívida e valores mobiliários de terceiros que totalizavam R\$ 70.039.990 e R\$ 80.174.807 respectivamente.

19. Eventos Subsequentes

a) Distribuição de Juros sobre Capital Próprio

O Conselho de Administração do Banco Santander, em reunião realizada em 10 de abril de 2024, apresentou a proposta da Diretoria Executiva da Companhia, ad referendum das Assembleias Gerais Ordinárias a serem realizadas até o dia 15 de maio de 2024, respectivamente, para a declaração e o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, nos termos dos artigos 17, inciso XVIII e 37, § 2º do Estatuto Social da Companhia com base no resultado do trimestre encerrado em 31 de março de 2024, no montante bruto de R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais). Os juros sobre Capital Próprio serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios a serem distribuídos pela Companhia referentes ao exercício de 2024.

b) Aumento do Capital Social da Companhia

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2024, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante total de R\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais), passando dos atuais R\$ 55.000.000.000,00 (cinquenta e cinco bilhões de reais) para R\$ 65.000.000.000,00 (sessenta e cinco bilhões de reais), sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte do saldo da Reserva de Equalização de Dividendos da Companhia.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

ANEXO I – Demonstração Consolidada Condensada do Valor Adicionado

	01/01 a 31/03/2024		01/01 a 31/03/2023	
Receitas com juros e similares	32.603.990		32.149.175	
Receitas de tarifas e comissões, líquidas	3.929.870		3.996.412	
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(6.799.369)		(8.046.965)	
Outras Receitas e Despesas	557.456		1.298.274	
Despesas com juros e similares	(19.217.062)		(19.590.183)	
Insumos de Terceiros	(2.015.929)		(2.058.270)	
Material, Energia e Outros	(223.787)		(204.622)	
Serviços de Terceiros	(1.414.409)		(1.499.215)	
Perda/Recuperação de Valores Ativos	(47.724)		(31.407)	
Outros	(330.009)		(323.027)	
Valor Adicionado Bruto	9.058.956		7.748.442	
Retenções				
Depreciações e Amortizações	(681.787)		(688.377)	
Valor Adicionado Líquido Produzido	8.377.169		7.060.065	
Resultado de Participações em Coligadas e controle em conjunto	63.599		57.727	
Valor Adicionado Total a Distribuir	8.440.768		7.117.792	
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal	2.616.853	31,0%	2.377.771	33,4%
Remuneração	1.851.366		1.629.697	
Benefícios	517.482		467.635	
FGTS	137.385		128.776	
Outras	110.620		151.663	
Impostos, Taxas e Contribuições	2.701.664	32,0%	1.647.976	23,2%
Federais	2.446.076		1.328.386	
Estaduais	147		-	
Municipais	255.441		319.590	
Remuneração do Capital de Terceiros - Aluguéis	61.323	0,7%	44.574	0,6%
Remuneração de Capitais Próprios	3.060.928	36,3%	3.047.471	42,8%
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	1.500.000		1.700.000	
Reinvestimentos de Lucros	1.552.046		1.340.027	
Lucro atribuível às participações não-controladoras	8.882		7.444	
Total	8.440.768	100,0%	7.117.792	100,0%

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Comentário de Desempenho

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Comentário de Desempenho às Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativas ao período findo em 31 de março de 2024, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações

do Comitê de Interpretação das IFRS (atual denominação do International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)). Serão divulgadas em 30 de abril de 2024 no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

1. Conjuntura Econômica

O desempenho econômico teve como destaques os seguintes temas:

No ambiente internacional

- ❖ **Piora do ambiente inflacionário ao redor do globo, que evitou a materialização de cortes de juros nas economias avançadas e elevou a incerteza quanto ao momento em que estas quedas serão implementadas.**

No ambiente doméstico

- ❖ **Ausência de progresso na regulamentação da reforma tributária aprovada ao final de 2023, acompanhada de desempenho robusto da arrecadação tributária nos primeiros meses do ano.**

A cotação da moeda brasileira frente ao dólar norte-americano flutuou entre R\$4,85/US\$ e R\$5,03/US\$ no primeiro trimestre e encerrou o período cotada a R\$4,99/US\$, patamar superior à cotação de R\$4,84/US\$ verificada no encerramento do 4T23. A desvalorização do real decorreu, na visão do Banco Santander, da ausência de progresso na implementação da reforma tributária aprovada em 2023. Contribuiu também o aumento da incerteza com relação ao início do processo de distensão monetária nas economias avançadas, que limita o espaço para continuidade do ciclo de queda da Selic. Entretanto, surpresas positivas com os números de arrecadação de tributos derivadas da aprovação de medidas fiscais em 2023 e desempenho bastante robusto do comércio exterior ajudaram a mitigar a pressão sobre a taxa de câmbio. Avaliamos que estes fatores permanecerão presentes por mais tempo e, portanto, projetamos que a taxa de câmbio flutuará ao redor do patamar de R\$5,00/US\$ ao longo de 2024.

- ❖ **Perspectivas positivas com o ritmo da atividade econômica no 1T24, derivada de resiliência no mercado de trabalho e de impulsos fiscais**

Após encerrar o ano de 2023 com crescimento real de 2,9%, mas com desempenho estável no 4T23, esperávamos que o PIB brasileiro continuasse seguindo a trajetória de acomodação observada no segundo semestre de 2023. Entretanto, apoiados pela resiliência do mercado de trabalho e pelo pagamento de um montante significativo de precatórios por parte do governo federal (aproximadamente R\$ 93 bilhões), os dados de atividade econômica apresentaram resultado melhor do que inicialmente esperado pelos agentes de mercado, levando a revisões altistas na projeção para o crescimento do PIB em 2024. Ao final de 2023, a mediana das projeções de agentes econômicos quanto ao desempenho da economia brasileira indicava crescimento do PIB brasileiro de 1,5% em 2024 – praticamente metade do ritmo de expansão observado no ano anterior. Ao final do 1T24, a mediana das projeções subiu para 1,9%. O Banco Santander também revisou sua projeção de 1,2% para 1,8% em 2024.

- ❖ **Desaceleração no processo de desinflação, principalmente nos serviços, suscitando dúvidas acerca da evolução do atual ciclo de cortes de juros ao longo de 2024.**

Embora a variação interanual do IPCA tenha continuado em trajetória cadente no 1T24 – já havia recuado para 4,6% no 4T23 frente ao patamar de 5,2% observado ao final de setembro de 2023 – algumas medidas subjacentes de inflação apresentaram deterioração ao longo do período, principalmente as relacionadas aos serviços. Dessa maneira, a perspectiva de convergência da inflação para a meta de 3,0% ficou comprometida, resultando na manutenção das expectativas de inflação para 2024 e para os anos à frente em nível superior ao perseguido pelo Banco Central do Brasil. Como resultado, ainda que o processo de redução da taxa Selic não tenha sido interrompido – a taxa Selic recuou de 11,75% a.a. ao final de 2023 para 10,75% a.a. no encerramento do 1T24 – o Banco Central sinalizou que os próximos movimentos dependerão da melhora na dinâmica inflacionária, o que foi lido pelos agentes econômicos como uma indicação de que o nível terminal do atual ciclo de cortes

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

pode ser superior aos 9,00% a.a. apontados pela mediana das estimativas. Como o Banco Santander avalia que a dinâmica inflacionária nos serviços deverá apresentar melhora ao longo dos próximos meses, a instituição permanece antevendo um ciclo mais alongado de cortes na Selic e, por isso, o banco projeta que a taxa Selic atingirá 9,00% a.a. ao final de 2024.



2. Desempenho Consolidado

R\$ Milhões			
	31/03/2024	31/03/2023	Variação
Lucro Líquido	3 061	3 047	▲ 0,44%
ROE	10,72%	11,14%	▼ (0,42)p.p

	31/03/2024	31/12/2023	Variação
Ativos Totais	1 134 125	1 115 653	▲ 1,66%
Carteira de Crédito	531 111	517 977	▲ 2,54%
Captações	824 753	832 115	▼ (0,88)%
Basiléia	14,47%	14,51%	▼ (0,04)p.p

Os componentes do nosso resultado consolidado são:

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO CONTÁBIL			Var. %
(R\$ milhões)	31/03/2024	31/03/2023	YoY
Receita Líquida com juros	13.387	12.559	7%
Receita de tarifas e comissões (líquidas)	3.930	3.996	(2)%
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	1.292	444	191%
Variações cambiais (líquidos)	(284)	394	(172)%
Outros	(146)	(168)	(13)%
Total de Receitas	18.179	17.226	6%
Despesas administrativas	(4.982)	(4.767)	5%
Depreciação e amortização	(682)	(688)	(1)%
Provisões (líquidas)	(1.115)	(1.036)	8%
Perdas com ativos financeiros (líquidos)	(6.799)	(8.052)	(16)%
Outros	(184)	40	(553)%
Lucro Operacional Antes da Tributação	4.417	2.722	62%
Impostos sobre renda	(1.356)	325	(517)%
Lucro Líquido Consolidado do Período	3.061	3.047	0%

Os resultados apresentados acima refletem o momento macro mais desafiador, decorrente de maiores taxas de juros acumuladas em 2024 em relação ao ano anterior, as quais impactaram as famílias, resultando em queda de lucro no período e na qualidade dos ativos, demandando assim maior nível de provisionamento de crédito. Destacamos caso específico do segmento atacado que impactou o volume de provisões.

Diante desse cenário, o Banco Santander iniciou processo de ajustes no portfólio, com maior seletividade na concessão de crédito em clientes com melhores ratings e linhas com garantias.

Os seguintes fatores destacam-se nos dados apresentados no quadro acima:

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

❖ **A Rentabilidade (ROE)** foi de 10,72% e o Lucro Líquido Consolidado de R\$ 3.061 milhões, se mantendo estável em relação a 2023, reflexo da estratégia de antecipação de ciclos de crédito implementada ainda em períodos anteriores, combinada a efeitos específicos nas provisões de crédito de liquidação duvidosa associadas a evento adverso no segmento Atacado.

❖ **A carteira de crédito** atingiu R\$531.111 milhões representando crescimento de 2,54% se comparado com o 4ºT23 e teve o seu destaque para o crescimento em Pessoa Física, de 3,15%, observado principalmente nos produtos de Crédito Consignado e de Financiamento de Veículos (destaque para parcerias realizadas e boa dinâmica observada em novas concessões de crédito). Na visão crédito expandido a carteira apresenta crescimento de 22,8% comparado com o mesmo período do ano anterior, com destaque para os produtos de Avais e Fianças, CPR e Debêntures.

❖ **As receitas líquidas com juros** foram R\$ 13.387 milhões, impactadas, principalmente, por Margem com Mercados, impulsionada pelo efeito positivo da curva de juros.

A Margem com Clientes apresenta crescimento de 3,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, com destaque para as linhas de Crédito associadas à performance positiva nos segmentos de Pessoa Física e Financiamento ao consumo.

A margem de captação apresenta queda majoritariamente relacionada à redução do CDI, a despeito de contínuo crescimento em volume, principalmente em função de nossa estratégia de incremento de passivos através do AAA e do aumento na base de clientes (destaque no trimestre para os produtos de Depósito a Prazo, LCI e LCA).



3. Estratégia e Agências de Rating

Para informações referentes à estratégia e a classificação do Banco nas agências de rating, vide Informe de Resultados disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.



4. Governança Corporativa

A estrutura de Governança do Banco Santander Brasil é integrada pela Diretoria Executiva e o seu Comitê Executivo constituído pelos Diretores Presidente, Vice-Presidentes Executivos Seniores e Vice-Presidentes Executivos, e pelo Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, são eles: Auditoria, Riscos e Compliance, Sustentabilidade, Remuneração e Nomeação e Governança.

Para maiores informações sobre as práticas de governança corporativa adotadas pelo Banco Santander Brasil e deliberações do Conselho de Administração, vide endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.



5. Auditoria Interna

A Auditoria Interna reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, sendo o Comitê de Auditoria responsável por sua supervisão.

A Auditoria Interna é uma função permanente e independente de qualquer outra função ou unidade, que tem como missão proporcionar ao Conselho de Administração e à alta direção asseguramento independente sobre a qualidade e eficácia dos processos e sistemas de controle interno, de gestão dos riscos (atuais ou emergentes) e de governo, contribuindo assim para a proteção do valor da organização, da sua solvência e reputação. A Auditoria Interna possui certificado de qualidade emitido pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA).

Para cumprir suas funções e riscos de cobertura inerentes à atividade do Banco Santander, a Auditoria Interna possui um conjunto de ferramentas desenvolvidas internamente e que são atualizadas quando necessário. Entre elas se destaca a matriz de risco, utilizada como ferramenta de planejamento, priorizando o nível de risco do universo auditável considerando, entre outros, seus riscos inerentes, o último rating de auditoria, o grau de cumprimento das recomendações e sua dimensão. Os programas de trabalho, que descrevem os testes de auditoria a serem realizados, são revisados periodicamente.

O Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração analisaram favoravelmente e aprovaram o plano de trabalho da Auditoria Interna para o ano de 2024.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.



6. Pessoas

O Banco Santander segue fortalecendo sua cultura horizontal baseada em protagonismo, autonomia e diversidade, estimulando um ambiente de inovação que impulsiona a nossa transformação digital e aprimora a experiência dos nossos colaboradores e clientes, tendo sido eleito novamente como uma das Melhores Empresas para trabalhar no Brasil pela GPTW, ocupando a 10ª posição no ranking nacional de empresas com mais de 10.000 funcionários e o 2º lugar no Ranking Setorial de Grandes Bancos.

São 55.210 colaboradores, considerando todo o ecossistema, obcecados pela construção de uma empresa em que todos são negócio e trabalham para transformar o Santander no banco principal de cada um de seus clientes.

O Banco Santander também preza por um ambiente diverso, em que as pessoas se sintam valorizadas e possam se desenvolver. A diversidade nos conduz a uma gama maior de experiências, conhecimentos, competências e valores e pode ser alcançada considerando aspectos como a formação educacional e profissional, a idade, o gênero e a origem geográfica, entre outros, promovendo a diversidade e inclusão, baseando-se em 5 pilares: Liderança Feminina; Equidade Racial; Pessoas com Deficiência; Diversidade Geracional e LGBTQIA+.



7. Sustentabilidade

O propósito do Banco Santander é contribuir para o progresso das pessoas e dos negócios apoiando a construção de um Brasil mais justo e sustentável.

Ambiental:

Comprometimento com o meio ambiente, fomentando negócios sustentáveis e com compromisso de sermos Net Zero até 2050

- ❖ **Apoiamos nossos clientes na transição para uma economia de baixo carbono por meio do fomento à bioeconomia, tendo evoluído na oferta de produtos com impacto social ou ambiental positivo, de acordo com a taxonomia do Santander, alcançando R\$27,5 bilhões em carteira.**
- ❖ **Realizamos o evento “Conexões para o Net Zero Agronegócio”, em parceria com a WayCarbon, para discutir desafios e soluções para a descarbonização da cadeia do agronegócios. O Santander Brasil tem liderado a frente para a agricultura no compromisso global do Grupo, apoiando os clientes na transição para uma economia de baixo carbono. O evento contou com clientes, academia, parceiros e especialistas internacionais no tema, assim como funcionários e membros do Conselho de Administração do Banco.**
- ❖ **O Santander ofertará até R\$ 1 bilhão para produtores rurais investirem em práticas de descarbonização. Um projeto desenhado em parceria com a Agoro Carbon Alliance Brasil por uma agricultura mais produtiva e resiliente.**
- ❖ **Firmamos uma parceria com a BYD a fim de oferecer condições de financiamento mais favoráveis para motoristas de aplicativos**
- ❖ **Aderimos ao B20 Brasil nas Task Forces de Transição Energética, Transformação Digital, Financiamento e Infraestrutura e Emprego e Educação. Com isso, temos a oportunidade de trabalhar com outros parceiros globais, alinhados às prioridades do Grupo Santander.**

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Social:

Há mais de 20 anos contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva, com acesso à educação e produtos financeiros.

- ❖ No 1T24, o Prospera Santander Microfinanças, nosso programa de microcrédito produtivo, gerou um portfólio de R\$3,0 bilhões.
- ❖ Iniciamos o projeto “Educar para Prosperar”, que capacitou cerca de 150 supervisores do Prospera Santander Microfinanças para realizar as ações de educação financeira nas comunidades onde estamos presentes. A estimativa é que mais de 12 mil pessoas participem das ações até o final de 2024.
- ❖ Lançamos os editais dos Programas Amigo de Valor e Parceiro do Idoso, e convidamos mais de 2 mil municípios para participar das iniciativas cujo objetivo é contribuir para a garantia de direitos de crianças, adolescentes e pessoas idosas em situação de violência e vulnerabilidade.
- ❖ Beneficiamos por meio dos editais Chama Indica e Prepara Futuro mais de 2 mil pessoas em inclusão produtiva, gerando renda estável, aumento de postos de trabalho e formalização.

Governança:

Promovendo o ESG em nossa cultura, conectando todos os nossos negócios.

- ❖ Ao longo do ano, buscamos incorporar as questões ESG em nossa cultura, por meio de capacitação interna.
- ❖ Nosso Conselho de Administração manteve-se diverso e independente, com 36% de membros mulheres e 55% de membros independentes, em março de 2024.
- ❖ Em 2023, tivemos uma evolução significativa em nossa pontuação no CDP, o maior banco de dados sobre práticas empresariais relacionadas a mudanças climáticas, emissões, água e florestas. Passamos de B para A-, a segunda melhor nota do índice.



8. Auditoria Independente

A política de atuação do Banco Santander, incluindo suas empresas controladas, na contratação de serviços não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 162/2022, o Banco Santander informa que no período findo em 31 de março de 2024, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers serviços não relacionados à auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas superiores a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria independente. Ademais, o Banco confirma que a PricewaterhouseCoopers dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*



9. Agradecimentos

Agradecemos aos nossos clientes, acionistas e colaboradores pela confiança e suporte que nos moveram até aqui, e que possibilitaram a continuidade da nossa história de evolução e transformação, no caminho para construir a Melhor Empresa de Consumo do Brasil.

(Aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 29 de abril de 2024).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Composição dos Órgãos da Administração em 31 de março de 2024

Conselho de Administração

Deborah Stern Vieitas – Presidente (independente)
Jose Antonio Alvarez Alvarez – Vice-presidente
Angel Santodomingo Martell – Conselheiro
Deborah Patricia Wright - Conselheira (independente)
Ede Ilson Viani - Conselheiro
José de Paiva Ferreira – Conselheiro (independente)
José Garcia Cantera – Conselheiro
Marília Artimonte Rocca - Conselheiro (independente)
Mario Roberto Opice Leão – Conselheiro
Cristiana Almeida Pipponzi – Conselheira (independente)
Pedro Augusto de Melo - Conselheiro (independente)

Comitê de Auditoria

Pedro Augusto de Melo – Coordenador
Maria Elena Cardoso Figueira – Membro Técnico Qualificado
Andrea Maria Ramos Leonel – Membro
Vania Maria da Costa Borgerth – Membro
René Luiz Grande – Membro

Comitê de Riscos e Compliance

José de Paiva Ferreira – Coordenador
José Mauricio Pereira Coelho - Membro
Jaime Leôncio Singer - Membro

Comitê de Sustentabilidade

Marília Artimonte Rocca – Coordenadora
Álvaro Antônio Cardoso de Souza – Membro
Vivianne Naigeborin - Membro
Tasso Rezende de Azevedo – Membro

Comitê de Nomeação e Governança

Deborah Stern Vieitas - Coordenadora
Deborah Patricia Wright – Membro
Cristiana Almeida Pipponzi - Membro
Jose Antonio Alvarez Alvarez – Membro

Comitê de Remuneração

Deborah Patricia Wright – Coordenadora
Deborah Stern Vieitas - Membro
Luiz Fernando Sanzogo Giorgi – Membro

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Diretoria Executiva

Diretor Presidente

Mario Roberto Opice Leão

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Gustavo Alejo Viviani

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alessandro Tomao
Carlos José da Costa André
Ede Ilson Viani
Franco Raul Rizza
Germanuela de Almeida de Abreu
Gustavo Alejo Viviani
Gilberto Duarte de Abreu Filho
Maria Elena Lanciego Perez (*)
Maria Teresa Mauricio da Rocha Pereira Leite
Renato Ejnisman

Diretores sem Designação Específica

Adriana Marques Lourenço de Almeida
Alessandro Chagas Farias
Alexandre Teixeira de Araujo
Alexandre Guimarães Soares
Ana Paula Neves Granieri Domenici
Ana Paula Vitali Janes Vescovi
André Juaçaba de Almeida
Carlos Aguiar Neto
Celso Mateus De Queiroz
Cezar Augusto Janikian
Claudia Chaves Sampaio
Claudenice Lopes Duarte
Daniel Mendonça Pareto
Eduardo Alvarez Garrido
Eduardo Luis Sasaki
Enrique Cesar Soares Fragata Lopes
Flávia Davoli
Franco Luigi Fasoli
Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto
Gustavo de Sousa Santos
Izabella Ferreira Costa Belisario
Jean Paulo Kambourakis

Juliana Improta Cury Simon
Leonardo Mendes Cabral
Luciana de Aguiar Barros
Luiz Masagão Ribeiro Filho
Marilize Ferrazza Santinoni
Murilo Setti Riedel
Paulo César Ferreira de Lima Alves
Paulo Sérgio Duailibi
Rafael Abujamra Kappaz
Ramón Sanchez Santiago
Reginaldo Antonio Ribeiro
Ricardo Olivare de Magalhães
Richard Flavio Da Silva
Roberto Alexandre Borges Fischetti
Robson de Souza Rezende
Rogério Magno Panca
Sandro Kohler Marcondes
Sandro Mazerino Sobral
Sandro Rogério da Silva Gamba
Thomaz Antonio Licarião Rocha
Vanessa Alessi Manzi
Vitor Ohtsuki

(*) Posse pendente de homologação pelo Bacen.

Contadora

Camilla Cruz Oliveira de Souza – CRC N° 1SP – 256989/O-0

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as Demonstrações Financeiras do Banco Santander, relativas ao primeiro semestre findo em 31 de março de 2024, elaboradas de acordo com o critério International Financial Reporting Standards (IFRS®) e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstrações do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB®). As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 31 de março de 2024:

Diretoria Executiva

Diretor Presidente

Mario Roberto Opice Leão

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Gustavo Alejo Viviani

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alessandro Tomao
Carlos José da Costa André
Ede Ilson Viani
Franco Raul Rizza
Germanuela de Almeida de Abreu
Gustavo Alejo Viviani
Gilberto Duarte de Abreu Filho
Maria Elena Lanciego Perez (*)
Maria Teresa Mauricio da Rocha Pereira Leite
Renato Ejnisman

Diretores sem Designação Específica

Adriana Marques Lourenço de Almeida
Alessandro Chagas Farias
Alexandre Teixeira de Araujo
Alexandre Guimarães Soares
Ana Paula Neves Granieri Domenici
Ana Paula Vitali Janes Vescovi
André Juaçaba de Almeida
Carlos Aguiar Neto
Celso Mateus De Queiroz
Cezar Augusto Janikian
Claudia Chaves Sampaio
Claudenice Lopes Duarte
Daniel Mendonça Pareto
Eduardo Alvarez Garrido
Eduardo Luis Sasaki
Enrique Cesar Soares Fragata Lopes
Flávia Davoli
Franco Luigi Fasoli
Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto
Gustavo de Sousa Santos
Izabella Ferreira Costa Belisario
Jean Paulo Kambourakis

Juliana Improta Cury Simon
Leonardo Mendes Cabral
Luciana de Aguiar Barros
Luiz Masagão Ribeiro Filho
Marilize Ferrazza Santinoni
Murilo Setti Riedel
Paulo César Ferreira de Lima Alves
Paulo Sérgio Duailibi
Rafael Abujamra Kappaz
Ramón Sanchez Santiago
Reginaldo Antonio Ribeiro
Ricardo Olivare de Magalhães
Richard Flavio Da Silva
Roberto Alexandre Borges Fischetti
Robson de Souza Rezende
Rogério Magno Panca
Sandro Kohler Marcondes
Sandro Mazerino Sobral
Sandro Rogério da Silva Gamba
Thomaz Antonio Licarião Rocha
Vanessa Alessi Manzi
Vítor Ohtsuki

(*) Posse pendente de homologação pelo Bacen.

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as Demonstrações Financeiras do Banco Santander, relativas ao primeiro semestre findo em 31 de março de 2024, elaboradas de acordo com o critério International Financial Reporting Standards (IFRS®) e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstrações do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB®). As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 31 de março de 2024:

Diretoria Executiva**Diretor Presidente**

Mario Roberto Opice Leão

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Gustavo Alejo Viviani

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alessandro Tomao
Carlos José da Costa André
Ede Ilson Viani
Franco Raul Rizza
Germanuela de Almeida de Abreu
Gustavo Alejo Viviani
Gilberto Duarte de Abreu Filho
Maria Elena Lanciego Perez (*)
Maria Teresa Mauricio da Rocha Pereira Leite
Renato Ejnisman

Diretores sem Designação Específica

Adriana Marques Lourenço de Almeida
Alessandro Chagas Farias
Alexandre Teixeira de Araujo
Alexandre Guimarães Soares
Ana Paula Neves Granieri Domenici
Ana Paula Vitali Janes Vescovi
André Juaçaba de Almeida
Carlos Aguiar Neto
Celso Mateus De Queiroz
Cezar Augusto Janikian
Claudia Chaves Sampaio
Claudenice Lopes Duarte
Daniel Mendonça Pareto
Eduardo Alvarez Garrido
Eduardo Luis Sasaki
Enrique Cesar Soares Fragata Lopes
Flávia Davoli
Franco Luigi Fasoli
Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto
Gustavo de Sousa Santos
Izabella Ferreira Costa Belisario
Jean Paulo Kambourakis

Juliana Improta Cury Simon
Leonardo Mendes Cabral
Luciana de Aguiar Barros
Luiz Masagão Ribeiro Filho
Marilize Ferrazza Santinoni
Murilo Setti Riedel
Paulo César Ferreira de Lima Alves
Paulo Sérgio Duailibi
Rafael Abujamra Kappaz
Ramón Sanchez Santiago
Reginaldo Antonio Ribeiro
Ricardo Olivare de Magalhães
Richard Flavio Da Silva
Roberto Alexandre Borges Fischetti
Robson de Souza Rezende
Rogério Magno Panca
Sandro Kohler Marcondes
Sandro Mazerino Sobral
Sandro Rogério da Silva Gamba
Thomaz Antonio Licarião Rocha
Vanessa Alessi Manzi
Vítor Ohtsuki

(*) Posse pendente de homologação pelo Bacen.